



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EGLA RAY PASSOS COSTA

**MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO:
DESEMPENHO DO PROGRAMA CREDIBAHIA (2002-2011)**

SALVADOR

2012

EGLA RAY PASSOS COSTA

**MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO:
DESEMPENHO DO PROGRAMA CREDIBAHIA (2002-2011)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira

SALVADOR

2012

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Costa, Eglá Passos

C837 Microcrédito e desenvolvimento: desempenho do programa CREDIBAHIA (2002-2011)./ Eglá Passos Costa. _ Salvador, 2012.

f. il.: fig.; graf.; quad.; tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2012.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira.

1.Crédito. 2. Desenvolvimento econômico – Bahia. 3. Pequenas e médias empresas. I. Oliveira, Gilca Garcia de. II.Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 332.7098142

EGLA RAY PASSOS COSTA

**MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO:
DESEMPENHO DO PROGRAMA CREDIBAHIA (2002-2011)**

Trabalho apresentado no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 15 de outubro de 2012

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Elsa Souza Kraychete

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Me. Marcelo Cardoso Mesquita de Souza

Doutorando do Programa de Engenharia Industrial

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dedico ao meu pai, que me ensinou as coisas mais simples e preciosas dessa vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve presente iluminando a minha trajetória.

Agradeço a minha família por todo apoio e dedicação em mais uma fase da minha vida, especialmente aos meus pais. Sei que conto com vocês mesmo quando meus projetos são apenas sonhos. Agradeço a meu irmão, Athos Costa, e a minha vó, Margarida, por estarem sempre presentes.

Agradeço aos meus amigos pela atenção durante esses quatro anos, que foi importante para dar continuidade a essa etapa. Tenho certeza que muitas das amizades firmadas na universidade irão vigorar. Grupo de amigos representado por Daiane Costa, Renata Guimarães, Aline Barreto, Juvêncio Eloi, Marla Valença, Saulo Mendes, Elizabeth Oliveira, Rafaela Campos.

Sou grata aos professores pelo conhecimento transmitido, debates e incentivos. Especialmente a professora e orientadora Gilca Garcia, pela atenção e as conversas enriquecedoras. Deixo aqui registrado minha admiração pelo seu trabalho de pesquisa e extensão.

Agradeço a gestora da Desenbahia, Márcia Fonseca, pelo incentivo e disponibilização das informações necessárias para realização do trabalho e toda a equipe da Gerencia de microfinanças. Agradeço também a equipe do Credibahia Feira de Santana pelo suporte na pesquisa de campo, especialmente aos agentes de crédito Daniel e Daniela.

Agradeço ao Marcelo Mesquita, grande mestre, pelo incentivo e conversas enriquecedoras.

Por fim, agradeço a todos aqueles que acreditaram nesse trabalho e contribuíram direta ou indiretamente para sua conclusão.

Os fins e os meios requerem análise exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, “meramente e em proveito de alguma outra coisa”.

Amartya Sen

RESUMO

Analisa-se o desempenho do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia (Credibahia) nos municípios baianos, de 2002 a 2011. Tendo como referencial teórico a concepção de Desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, busca-se analisar a contribuição do Credibahia no desenvolvimento baiano. A análise pode ser vista sob duas perspectivas. Primeiro, avalia-se a atuação e o desempenho do programa. Segundo, analisa-se como o programa vem contribuindo para expansão das liberdades individuais dos microempreendedores. De 2002 a 2011, o Programa liberou um total de 109.333 contratos, equivalente a R\$ 185,714 milhões. Os dados da pesquisa de campo revelam que o microcrédito vem contribuindo para melhoria na qualidade de vida de seus clientes, possibilitando o acesso em serviços de educação, saúde, financeiros e lazer. Por meio do estudo, pode-se inferir que o Credibahia vem contribuindo para expansão do microcrédito nos municípios baianos, possibilitando a expansão das capacidades de seus clientes.

Palavras-chave: Capacidades. Credibahia. Liberdade. Microcrédito.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Conceito de microfinanças, microcrédito e MPO.....	15
Quadro 1 -	Instituições de MPO na Bahia por status legal.....	33
Quadro 2 -	Estrutura Institucional do Credibahia.....	34
Gráfico 1 -	Classificação da quantidade total de contratos (2002-2011).....	40
Gráfico 2 -	Classificação dos valores totais liberados (2002-2011).....	41
Gráfico 3-	Evolução do índice de inadimplência anual, Bahia, 2002 a 2011.....	43
Gráfico 4 -	Perfil das Operações de Crédito dos Empreendimentos	51
Gráfico 5 -	Serviços que os microempreendedores passaram a ter acesso com o microcrédito.....	53
Gráfico 6 -	Cursos que os microempreendedores entrevistados participaram ou estão participando.....	54
Gráfico 7 -	Cursos que os microempreendedores entrevistados participaram ou estão participando.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Condições de Financiamento - 1ºPiso.....	36
Tabela 2 -	Condições de Financiamento - 2ºPiso.....	37
Tabela 3 -	Quantidade de Municípios Atendidos pelo Primeiro e Segundo Piso, Bahia, 2002 a 2011.....	38
Tabela 4 -	Número anual de contratos de crédito, valores e valor médio, Primeiro Piso, 2002 a 2011, Bahia.....	39
Tabela 5 -	Número anual de contratos de crédito, valores e valor médio, segundo Piso, 2002 a 2011, Bahia.....	40
Tabela 6 -	Quantidade anual de contratos ativos, valores e valor médio. de 2002 a 2011.....	41
Tabela 7 -	Quantidade anual de contratos, renovação e índice de renovação, Bahia, 2002 a 2011.....	42
Tabela 8 -	Classificação por gênero, Bahia, 2002 a 2011.....	44
Tabela 9 -	Classificação por faixa etária, Bahia, 2002 a 2011.....	45
Tabela 10 -	Classificação por tipo de financiamento, Bahia, 2002 a 2011.....	46
Tabela 11 -	Classificação de atividade financiada, Bahia, 2002 a 2011.....	46
Tabela 12 -	Classificação por gêneros dos entrevistados.....	48
Tabela 13 -	Classificação por faixa etária dos entrevistados.....	49
Tabela 14 -	Escolaridade dos microempreendedores entrevistados.....	49
Tabela 15 -	Renda familiar dos microempreendedores entrevistados.....	50
Tabela 16 -	Tipos de empreendimentos dos entrevistados.....	51
Tabela 17 -	O acesso ao crédito contribuiu para uma melhoria na sua alimentação?	52
Tabela 18 -	O acesso ao crédito contribuiu para o acesso a outros serviços financeiros?.....	53
Tabela 19 -	O acesso ao crédito permitiu que você investisse em sua educação e de sua família?.....	54
Tabela 20 -	Resultados positivos trazidos com o crédito para o empreendimento.....	56
Tabela 21 -	Avaliação do Programa pelos microempreendedores.....	57

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEADE	Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores
Crediamigo	Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil
Credibahia	Programa de Microcrédito do Estado da Bahia
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAPE	Federação Nacional de Apoio aos Microempreendedores
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
Fundese	Fundo Nacional de Desenvolvimento Social
GTZ	Sociedade Alemã de Parceria Técnica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Oscips	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCPP	Programa de Crédito Produtivo Popular
PDI	Programa de Desenvolvimento Institucional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE	Serviço à Micro e Pequenas Empresas
SETRE	Secretária de Trabalho Renda e Emprego
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO	14
2.1	ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL DO MICROCRÉDITO	14
2.1.1	Metodologia do Microcrédito	16
2.2	DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	18
2.2.1	Expansão das Liberdades Individuais	20
2.2.2	Microcrédito na expansão das Liberdades Individuais	22
3	PROGRAMA DE MICROCRÉDITO	24
3.1	MICROCRÉDITO NO MUNDO	24
3.2	MICROCRÉDITO NO BRASIL	26
3.3	MICROCRÉDITO NA BAHIA	30
4	O CASO DO CREDIBAHIA	34
4.1	PERFIL DO CREDIBAHIA	34
4.1.1	Atuação do Credibahia	35
4.2	DESEMPENHO DO CREDIBAHIA (2002 – 2011)	37
4.2.1	Área de Alcance do Programa	37
4.2.2.1	Dados Operacionais	38
4.2.2.2	Números de Contratos e Valores Aplicados	38
4.2.2.3	Carteira Ativa	41
4.2.2.4	Renovação	42
4.2.2.5	Inadimplência	43
4.2.3	Desenho do Programa	44
4.2.3.1	Perfil dos clientes	44
4.2.3.2	Perfil do Financiamento e da Atividade Financiada	45
4.3	PESQUISA JUNTO AOS MICROEMPREENDEDORES	47
4.3.1	Metodologia	47
4.3.2	Perfil Socioeconômico dos microempreendedores	48
4.3.3	Perfil das Operações de Crédito e do Empreendimento	50
4.3.4	O Credibahia e a Percepção dos Microempreendedores	52
5	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICES	63

1 INTRODUÇÃO

A experiência de maior sucesso no mundo foi o Grameen Bank, em 1976, e representa um ponto de inflexão na história do microcrédito, sendo resultado dos estudos do professor Muhammad Yunus. Ao fundar o Grameen Bank, Yunus mostrou que a concessão de crédito às pessoas de baixa renda era tanto viável financeiramente como promotora de desenvolvimento. Com uma metodologia específica o Gramenn alcançou bons resultados e o reconhecimento das organizações internacionais, tornando-se uma referência mundial quanto à adoção do microcrédito como política de redução das desigualdades.

A primeira experiência de microcrédito produtivo urbano ocorreu no Brasil, em 1973, com o programa da União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações (UNO). O projeto foi uma parceria de entidades empresarias e os bancos de Salvador e Recife. Contou com o apoio técnico da instituição Accion Internacional, organização estaduniense.

No final da década de 90, houve um maior empenho para construção de um cenário favorável, visto no aperfeiçoamento da metodologia e no marco legal. O que resultou na expansão e inserção de instituições no mercado de microcrédito.

Na Bahia, locus desta análise, destaca-se a implantação do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia, o Credibahia, em 2002. O Programa é uma parceria do Estado da Bahia, da Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBÁHIA), Secretária de Trabalho, Renda e Emprego (SETRE) em parceria com os municípios. O Programa tem como finalidade estimular a geração e a manutenção de renda nos municípios baianos, através da concessão de crédito a micro e pequenos empreendedores.

A metodologia do Programa é do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO). Segundo o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), sob Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005, entende-se como MPO, o crédito concedido para pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, cuja metodologia é baseada no relacionamento direto com o microempreendedor no local onde é desenvolvida a atividade econômica (BRASIL, 2005).

O incentivo do governo da Bahia evidencia o papel que os programas de microcrédito vêm alcançando no âmbito das políticas públicas. O acesso ao crédito apresenta-se como uma estratégia de desenvolvimento, podendo ser um instrumento de expansão das capacidades dos microempreendedores.

A concepção de desenvolvimento adequada para essa temática diverge da tradicional, focada no desempenho econômico. Segundo Sen (2010, p. 28), “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda”. Este estudo tem como referencial teórico a concepção de Desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. Para ele, a privação das capacidades é um obstáculo ao desenvolvimento, pois restringe as liberdades individuais. Nesse contexto, o microcrédito é visto como meio de ampliar as capacidades dos microempreendedores.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desempenho do Programa nos municípios baianos de 2002 a 2011, buscando verificar sua contribuição na ampliação das capacidades dos empreendedores. Para alcançar o objetivo que se propõe, faz-se uma avaliação sob duas perspectivas. Primeiro, avalia-se a atuação e o desempenho do programa. Segundo, analisa-se como o programa vem contribuindo para expansão das liberdades individuais dos microempreendedores por meio da pesquisa de campo. O trabalho baseia-se em dados documentais (disponibilizados pela Desenbahia), pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Em 2011, o Programa atuava diretamente em 161 dos 417 municípios baianos. Em 2012, o programa Credibahia completará 10 anos de atuação sendo relevante analisar o seu desempenho. Busca-se avaliar sua evolução e verificar se sua estratégia consolida-se como um caso de sucesso, ou seja, se ao longo de sua atuação o Programa vem alcançando bons resultados na área operacional e social.

Os dados da análise permitem observar que o Credibahia tem contribuído para o desenvolvimento do mercado de microcrédito baiano, por meio da atuação direta com os microempreendedores, via 1º piso, e do financiamento às instituições de microcrédito, via 2º piso. A pesquisa de campo revela que o acesso ao crédito vem possibilitando melhorias na qualidade de vida dos microempreendedores e de sua família, contribuindo para a expansão de suas capacidades.

O estudo estrutura-se em três seções, além dessa introdução e conclusão. Na primeira seção, faz-se uma análise teórica e conceitual do microcrédito e da concepção de desenvolvimento como liberdade. Apresentam-se os conceitos chave para compreensão do microcrédito como um instrumento de expansão das liberdades individuais. Na segunda seção, faz-se uma apresentação das experiências de microcrédito, destacando a implantação do Credibahia. Na terceira seção, apresenta-se o desempenho do programa de 2002 a 2011 e faz-se uma análise das informações levantadas junto aos microempreendedores, procurando verificar a contribuição do Programa na ampliação das liberdades.

2 MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO

A experiência do Grameen Bank, de 1976, permitiu a inclusão de pessoas de baixa renda em atividades produtivas através de pequenas concessões de crédito, contribuindo assim para a expansão das liberdades individuais. Consolidou-se como uma experiência de sucesso e de parâmetro para os programas posteriores, cujos resultados apresentam às Instituições Financeiras, às ONGS e ao Estado outras possibilidades de atuação.

2.1 ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL DO MICROCRÉDITO

Este trabalho tem como objeto de estudo a modalidade de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), que apresenta uma metodologia de concessão específica. Esta modalidade está inserida no ramo das microfinanças. Para compreender suas especificidades, apresentam-se as diferenças entre os conceitos de microfinanças, microcrédito e MPO; dando ênfase a modalidade de estudo.

As microfinanças referem-se a um conjunto de serviços financeiros oferecidos às pessoas de baixa renda. Soares e Melo Sobrinho (2008) conceituam as microfinanças da seguinte forma:

O termo microfinanças, portanto, refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 23).

Pela etimologia, a palavra microcrédito significa crédito de pequeno monte, tendo em vista que o prefixo micro significa pequeno. Porém, a definição de microcrédito não se limita ao parâmetro de valor. Está presente, implicitamente nesse conceito, o público alvo, o tipo de atividade financiada, a metodologia das concessões e sua estrutura (PARENTE, 2002).

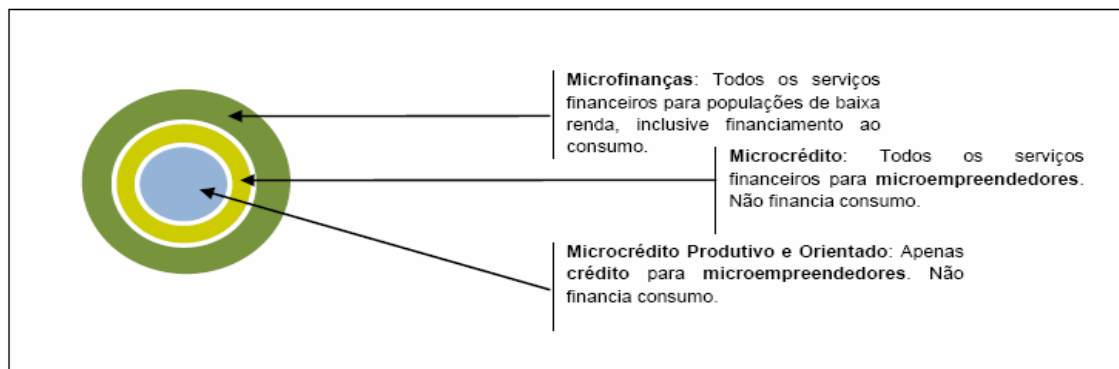
O microcrédito compreende a concessão de crédito e serviços financeiros destinados às pessoas de baixa renda envolvidas em atividades produtivas. Na concepção de Soares e Melo Sobrinho (2008), esse segmento das microfinanças beneficia exclusivamente aos pequenos empreendedores (pessoas físicas ou jurídicas), apresentando uma metodologia diferente do sistema financeiro tradicional.

A conceituação dos referidos autores está em conformidade com aquela apresentada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na qual o microcrédito é visto como pequeno crédito concedido em larga escala para pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvem atividades produtivas (MARTINS *et al.*, 2002).

No âmbito do microcrédito, tem-se a definição do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), que representa exclusivamente o crédito concedido a pequenos empreendedores envolvidos em atividades produtivas.

Sob o prisma das microfinanças, Soares e Melo Sobrinho (2008) apresentam a consolidação de tais definições, que pode ser observada na Figura 1, onde o MPO está inserido em um contexto mais amplo de Microcrédito que, por sua vez, está inserido nas Microfinanças

Figura 1 – Conceito de microfinanças, microcrédito e MPO



Fonte: SOARES, 2008

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do Ministério do Trabalho e Emprego, sob Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005, define o MPO da seguinte forma:

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. (BRASIL, 2005).

A definição do PNMPO, ainda considera três pontos chave:

- i. A orientação ao microempreendedor deve ser realizada por uma pessoa treinada para fazer o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa;
- ii. A relação com microempreendedor deve ser mantida até o fim do contrato;

- iii. Os valores e as condições do crédito devem ser estabelecidos após avaliação da capacidade de pagamento do empreendedor.

O PNMPO apresenta uma definição do microempreendedor baseado nos critérios do porte da atividade e seu faturamento anual. Segundo o Programa, o microempreendedor popular é a pessoa física ou jurídica que desenvolve atividade produtiva de pequeno porte e apresenta renda bruta anual de até R\$120 mil (BRASIL, 2005).

Entre os objetivos do PNMPO, destacam-se: incentivos à geração de renda aos microempreendedores, disponibilização de recursos para MPO e suporte técnico às instituições de microempreendedores. Seus recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de parcelas dos recursos de depósitos destinados a microcrédito, conforme o Art.1º da Lei 10.375, de setembro de 2003 (BRASIL, 2005).

As instituições que atuam com MPO são divididas em dois grupos: Primeiro Piso e Segundo Piso. O Primeiro Piso é representado por instituições microfinanceiras (IMFs) que concedem crédito diretamente aos microempreendedores, tomador final. O Segundo Piso é representado por instituições que fornecem suporte técnico e disponibilizam recursos para as IMFs.

Organizações com diferentes arranjos institucionais atuam no ramo do MPO, como: Agências de Fomento, Cooperativas de Crédito, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), Organizações Não Governamentais (ONGs), Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCMs) e os Bancos Comerciais Públicos e Privados.

2.1.1 Metodologia do Microcrédito

Uma análise dos programas de microcrédito permite observar que a metodologia adotada diverge em muitos aspectos do sistema financeiro convencional. As diferenças vão desde o perfil do cliente, a avaliação da capacidade de pagamento até a concessão do crédito. Segundo Neri (2008), a restrição ao crédito às pessoas de baixa renda é resultante do alto custo operacional das concessões, da falta de garantia e de informações. O problema da assimetria de informação é resultante da imperfeição do mercado de crédito, em que os agentes envolvidos não apresentam o mesmo grau de informação na contratação. Por isso o programa de microcrédito apresenta uma metodologia diferente do sistema convencional, tendo o objetivo de viabilizar a concessão de crédito para as pessoas de baixa renda.

A assimetria de informação pode resultar em dois problemas: seleção adversa e risco moral. A seleção adversa caracteriza-se como um problema *ex-ante* a concessão de crédito, representa o risco de selecionar um indivíduo que esteja disposto a tomar o empréstimo independente da taxa de juros da transação, ou seja, que não apresente a capacidade de pagamento. Enquanto o risco moral é visto como um problema *ex-post* a concessão de crédito, representa o risco da utilização do recurso para uma atividade diferente da solicitada.

Para Neri (2008, p. 40), “os programas de microcrédito obtiveram sucesso exatamente por desenvolverem tecnologias e inovações que tornaram possível contornar esses obstáculos”. O autor apresenta as principais tecnologias e inovações utilizadas pela área de microfinanças:

- i. **Empréstimo Solidário:** compreende a concessão de crédito a um grupo de microempreendedores, em que cada indivíduo do grupo se responsabiliza pelo pagamento dos demais integrantes. Esse mecanismo também é conhecido como Colateral Social. Em termos de metodologia, esse instrumento permite uma minimização dos problemas resultantes da assimetria da informação. Há uma tendência de monitoramento recíproco e da formação de grupos com faixa de risco semelhante, tendo em vista que a capacidade de pagamento e o risco da atividade desenvolvida por cada integrante é de interesse do grupo. Esta tecnologia confere aos programas de microcrédito uma maior taxa de adimplência;
- ii. **Incentivos Dinâmicos:** as concessões de crédito ocorrem de forma progressiva (*progressive lending*), em que a renovação do crédito é condicionada ao pagamento anterior. Sendo assim, este instrumento apresenta-se como incentivador ao pagamento;
- iii. **Calendário de Pagamentos Regulares:** prazos de pagamentos regulares e com um intervalo curto entre a concessão e o início do primeiro pagamento. Este procedimento consiste em um parâmetro de avaliação dos clientes e de gestão da taxa de inadimplência para as instituições de microfinanças;
- iv. **Foco nas Mulheres:** o programa de microcrédito centrado nas mulheres deve-se ao perfil e ao papel que as mulheres vêm desenvolvendo no ambiente familiar. No âmbito das políticas públicas, situa-se como redutora das desigualdades de renda entre homens e mulheres;
- v. **Agente de Crédito:** o contato direto e pessoal dos agentes exerce papel importante para o sucesso do Programa. O agente de crédito, funcionário da instituição

creditícia, tem a função de orientar e acompanhar o contrato firmado com os clientes.

As tecnologias apresentadas permitem que os programas de microcrédito concedam crédito aos microempreendedores de forma eficiente.

Além da estrutura e das características observadas nos programas de microcrédito, Neri (2008, p. 40) pontua características de gestão importantes para o sucesso do programa: “tecnologia adequada de crédito, bom sistema de tecnologia de informação, sistema de gerenciamento de risco e governança corporativa eficiente, além de capital humano ...”.

O programa de microcrédito produtivo apresenta uma lógica diferenciada, seu objetivo principal é que com a concessão de crédito o microempreendedor consiga desenvolver uma atividade produtiva, proporcionando melhorias na qualidade de vida. Os resultados destes programas vêm chamando atenção de instituições que atuam na transformação do cenário social, no qual o microcrédito consolida-se como uma política de mitigação da pobreza.

2.2 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Uma breve revisão de autores que tratam das teorias de desenvolvimento permite observar a utilização inadequada dos termos desenvolvimento e crescimento, vistos em alguns casos, como sinônimos. Crescimento econômico não reflete, por si só, em desenvolvimento. A noção de desenvolvimento vai muito além do aumento do nível de renda e de condições materiais. É importante compreender que a renda é uma variável relevante para impulsionar o desenvolvimento, à medida que o crescimento seja acompanhado por melhoria da qualidade de vida da população. De acordo com Sen (2010, p. 29): “é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, “meramente e em proveito de alguma outra coisa”.

Kuhn (2004) reconhece que o crescimento pode influenciar o desenvolvimento, mas não se pode restringir desenvolvimento a crescimento econômico. A autora cita a possibilidade de mudanças sociais promotoras de desenvolvimento sem que estas estejam relacionadas ao crescimento. Assim como a economia pode crescer sem que isso resulte em mudanças na qualidade de vida.

A aproximação entre as concepções de desenvolvimento e de crescimento econômico ocorre durante a Crise de 29, em que a recuperação da economia reflete no desenvolvimento social, dado o cenário de altas taxas de desempregos (KUHN, 2004).

Na década de 60, estudos já evidenciavam países que experimentaram crescimento econômico sem que este traduzisse em maior acesso da população de baixa renda em serviços na área da educação, saúde. O que contribuiu para um debate mais amplo da Teoria do Desenvolvimento (VEIGA, 2008).

Segundo Veiga (2008), até meados da década de 70 o desenvolvimento era traduzido como progresso material. Ou seja, o desenvolvimento continuava sendo visto como crescimento econômico. A mudança na concepção de desenvolvimento ocorreria com a divulgação do Relatório de Desenvolvimento Humano, em 1990, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A divulgação do IDH fragiliza a concepção de crescimento como desenvolvimento. Exigindo um arcabouço teórico mais robusto, que seja capaz de englobar variáveis que influenciem na qualidade de vida. Para Veiga (2008, p. 32):

O crescimento da economia passara a ser entendido por muitos analistas como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios. Percebera-se a importância de se refletir sobre a natureza do desenvolvimento em que se almejava.

Em 1998, Amartya Sen apresenta um arcabouço teórico voltado nas liberdades, contribuindo para a teoria de Desenvolvimento, o que garantiu ao professor Sen o Prêmio Nobel da Paz, neste mesmo ano. Em contraste com a teoria convencional, que trata o desenvolvimento como crescimento econômico, Amartya Sen propõe uma nova forma de se pensar. Em seu livro, *Desenvolvimento como Liberdade*, o autor concebe o desenvolvimento como resultado da expansão das liberdades instrumentais não desconsiderando o papel do crescimento econômico

O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade

de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2010, p. 16).

A visão de Sen reflete bem a necessidade de se pensar o desenvolvimento como resultante de melhorias na qualidade de vida das pessoas, em que a renda é vista como um meio de expansão das liberdades.

2.2.1 Expansão das Liberdades Individuais

A concepção de desenvolvimento como liberdade, considera que as privações às liberdades individuais criam obstáculos ao desenvolvimento. Estas privações limitam as oportunidades dos indivíduos adotarem a vida que valorizam. Esta concepção proporciona um novo olhar sob problemas antigos.

Para compreender a visão de Sen, é importante entender a relação entre desenvolvimento e as liberdades individuais. Nesta visão os problemas sociais são vistos como privações das liberdades individuais. Este reconhecimento leva à conclusão de que o desenvolvimento é resultado da eliminação de tais privações.

A eliminação das privações é constitutiva do próprio desenvolvimento. Diferente da concepção predominante, que concebe como agente o indivíduo maximizador, neste caso, o agente é um indivíduo transformador de ações políticas, sociais e econômicas. As privações às liberdades individuais impossibilitam que os indivíduos atuem na condição de agente [*agency aspect*] que está relacionada às oportunidades sociais. Esta relação é vista como uma mão dupla em que as disposições sociais visam expandir as liberdades individuais, assim como a expansão das liberdades individuais proporcionam melhorias nas disposições sociais (SEN, 2010).

A concepção de liberdade apresentada por Sen está inserida na relação de “processos e oportunidades”. Observa-se a relação entre processo para expansão da liberdade e as oportunidades reais das pessoas. De acordo com esta visão, a privação da liberdade pode ser resultante tanto de processos inadequados quanto de oportunidades inadequadas.

Sen apresenta uma análise focada nas capacidades [*capabilities*]. O autor considera que a capacidade das pessoas adotarem a vida que valorizam está intimamente relacionada à

condição de agente das pessoas. Quanto maior as oportunidades sociais (acesso à educação saúde, seguridade, por exemplo), maior as capacidades das pessoas.

Assim, a importância do desenvolvimento focado na liberdade pode ser vista sob duas razões: i) Razão avaliatória e ii) Razão da eficácia. A razão avaliatória está inserida no debate sobre o progresso e a expansão das liberdades, em que o crescimento econômico é uma variável importante à medida que proporciona expansão das liberdades. A razão de eficácia considera que o desenvolvimento é resultante da condição de agente das pessoas.

A concepção de desenvolvimento como liberdade está voltada na observação das condições de vida das pessoas e suas oportunidades, ou seja, se tiveram ou não a opção pelo padrão de vida que possuem (KUHN, 2004). A autora traduz bem a lógica em que está inserida a análise de Sen:

É a partir do conjunto de oportunidades, que incluem o acesso a bens e serviços, que seria possível analisar o processo de desenvolvimento nos ambientes sociais. Ou seja, quanto maior a extensão dessas oportunidades, maior a liberdade da pessoa realizar sua “agência” e então melhorar sua qualidade de vida, de acordo com os aspectos valorizados. (KUNH, 2004 p. 38).

Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) principal meio do desenvolvimento. O autor considera o fim como Papel Constitutivo e o meio como Papel Instrumental da liberdade no desenvolvimento.

O papel constitutivo do desenvolvimento está relacionado com a atuação das liberdades substantivas na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. “As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades de saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc.” (SEN, 2010, p. 55).

O papel instrumental do desenvolvimento refere-se às diferentes formas promotoras da expansão das liberdades. Sen apresenta as seguintes formas de liberdades instrumentais: liberdade políticas, facilitadores econômicos, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Essas formas de liberdades instrumentais proporcionam

aos indivíduos capacidades de estarem em uma condição de livre agente; expansão das liberdades que contribuem para o desenvolvimento (SEN, 2010).

A concepção de Desenvolvimento como expansão das liberdades individuais permite uma análise mais ampla do desenvolvimento, visto como um processo de melhorias da qualidade de vida da sociedade e da condição de agente dos indivíduos.

2.2.2 Microcrédito na expansão das Liberdades Individuais

Uma pesquisa realizada por Daley-Harris (2002, *apud* SOARES; MELO SOBRINHO, 2008), mostra que o acesso ao crédito das famílias mais pobres é muito baixo e apesar da expansão representativa de instituições de microfinanças nos últimos 25 anos, o alcance dos programas é pouco expressivo. A restrição ao crédito à população de baixa renda apresenta-se como um “processo” inadequado, pois representa uma privação da liberdade do indivíduo que impossibilita a atuação plena da condição de agente.

O microcrédito pode ser um instrumento de ampliação das liberdades visto como um facilitador econômico, podendo permitir que o indivíduo potencialize suas capacidades ao desenvolver sua atividade produtiva.

No entanto, o desenvolvimento da atividade produtiva não se limita ao acesso ao crédito. O crédito é visto como um instrumento de um processo maior. Kunh (2004), referenciando Deser (2001), apresenta o microcrédito como um “facilitador” no aspecto das relações sociais, sendo assim responsável pela expansão das capacidades dos agentes. Nessa análise o microcrédito não é visto apenas como um facilitador econômico:

O microcrédito dá oportunidade de realização de diversos funcionamentos em diferentes grupos de capacitações. Entre os aspectos que podem ser favorecidos através da organização social para acesso ao microcrédito é possível destacar: flexibilização para a ampliação de recursos manejados pelas famílias segundo sua lógica de sobrevivência, promoção de oportunidades de ocupação da mão-de-obra e de acesso à educação, inclusive em relação à qualificação profissional; promoção e exigência da participação do usuário do microcrédito o que acaba por fortalecer a dinâmica do tecido social local; auxilia na geração de autonomia e seletividade na contratação de serviços; integra serviços formais às atividades locais; etc. (KUHN, 2004, p. 52).

As liberdades instrumentais impactam diretamente no grupo de capacitações, em que Sen (2010) destaca uma inter-relação e complementaridade entre elas. Dessa forma o recurso proveniente do microcrédito, permite que o agente além de desenvolver sua atividade, amplie outras capacidades. O microcrédito permite que os indivíduos exerçam seu papel de agente.

Para o idealizador do Grameen Bank, Muhammad Yunus (2011, p. 327), “o microcrédito é ajudar cada pessoa a atingir seu pleno potencial. Ele não trata de Capital monetário e sim capital humano”. A visão do professor Yunus representa bem a análise de Sen, em que o capital monetário não é importante por si só, mas sim pela ampliação das capacidades que ele proporciona.

O presente trabalho apresenta o microcrédito como um dos instrumentos capazes de ampliar as capacidades dos indivíduos. Sendo assim, reconhece-se o papel de outros instrumentos que contribuem para promoção do desenvolvimento e para tanto se sugere a combinação da política de microcrédito com outras políticas.

3 PROGRAMA DE MICROCRÉDITO

Nessa seção, apresenta-se o contexto histórico do microcrédito no âmbito mundial, no Brasil e na Bahia. Destacam-se as experiências que impactaram e contribuíram para o desenho do programa de microcrédito como é apresentado atualmente.

3.1 MICROCRÉDITO NO MUNDO

A primeira iniciativa de microcrédito ocorreu no sul da Alemanha, em 1846. No período de um rigoroso inverno, em que os fazendeiros recorreram aos agiotas e acabaram se endividando. Nesse cenário, o pastor Raiffeisen cria a “Associação do Pão” e concede aos fazendeiros farinha de trigo para a fabricação e comercialização de pão. Essa associação se consolidou como uma cooperativa de crédito para população carente (MONZONI, 2008).

Ainda na Alemanha, em meados do século XIX, foram organizadas algumas cooperativas de crédito, que realizavam concessões de pequenos valores para população pobre envolvida em atividades produtivas, conhecidas como “Bancos do Povo” (CORSINI, 2007 *apud* SINGER, 2002).

A experiência de maior sucesso do microcrédito ocorre em Bangladesh, em 1976, tendo o professor Mohamed Yunus como fundador do Grameen Bank. O professor Yunus lecionava na universidade Chittagong e ao realizar uma pesquisa de campo na aldeia de Jobra, região muito pobre de Bangladesh, verificou que muitas pessoas estavam envolvidas em atividades produtivas (artesanato, marcenaria), mas sem acesso ao crédito. O sistema bancário convencional não concedia crédito às pessoas de baixa renda, devido à falta de garantias reais. Logo, essas pessoas recorriam aos agiotas, que cobravam altas taxas de juros. Yunus concluiu:

Infelizmente não havia nenhuma instituição financeira capaz de satisfazer as necessidades dos pobres em matéria de crédito. Esse mercado de crédito, na ausência de instituições oficiais fora açambarcado pelos agiotas locais, que sempre levavam seus “clientes” a se embrenhar mais fundo na estrada da pobreza. Uma estrada de mão única e muito congestionada. (YUNUS, 2011, p. 23).

Para Yunus, era visível que a falta de um sistema bancário que concedesse crédito aos pequenos empreendedores a uma taxa praticada no mercado era um obstáculo ao

desenvolvimento da aldeia. Ao realizar um mapeamento de todas as pessoas da aldeia que tomava emprestado de agiotas, constata que havia 42 pessoas e um equivalente de 27 dólares. Yunus concedeu os 27 dólares, mas pretendia que um número maior de pessoas tivesse acesso ao crédito. Com a recusa do banco local, Banco Governamental de Janata, em conceder crédito às pessoas pobres, Yunus se dispõe a conceder o crédito a essas pessoas, iniciando os contornos do Grameen Bank.

O Grameen Bank apresenta uma metodologia diferente dos bancos convencionais. Não apenas pelo perfil dos clientes, mas pela forma de concessão de crédito. Pode-se destacar: foco na mulher, prazo de pagamentos curtos, grupo solidário (empréstimo solidário), atuação do agente de crédito. Essas inovações foram importadas para outros países e fazem parte dos principais programas de microcrédito conhecidos atualmente. Yunus (2011, p. 223) destaca a importância de adaptar o modelo para a realidade de cada país: “Transpor o modelo do Grameen significa simplesmente adotar as características essenciais de nossa formula para outros contextos nacionais”.

O sucesso do Grameen demonstrou para a comunidade internacional que é viável conceder crédito para população de baixa renda. Podem-se destacar alguns eventos importantes para repercussão do microcrédito:

- i) 1997 - Reunião Internacional do Microcrédito: membros de 137 países se reúnem em Washington e estabelecem metas para expansão de microcrédito, visto como uma política de erradicação da pobreza. Membros do Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), afirmam seu empenho no microcrédito (YUNUS, 2011);
- ii) 2005 - Ano Internacional do Microcrédito: a Organização das Nações Unidas (ONU) concebe o ano de 2005 como Ano Internacional do Microcrédito, com o propósito de aumentar a visibilidade dos programas de microcrédito;
- iii) 2006 - Prêmio Nobel: o professor Mohamed Yunus ganha o Prêmio Nobel da Paz pelo trabalho desenvolvido no Grameen Bank. O que traduz um reconhecimento do microcrédito como um instrumento de inclusão social e combate a pobreza. A visão

do Comitê Norueguês do Nobel explicita bem tal reconhecimento: “a paz duradoura não pode ser obtida sem abrir um caminho para que uma ampla parte da população saia da pobreza” (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008, p. 19).

Nós últimos anos tem-se observado uma expansão de instituições de microcrédito. Os programas de microcrédito estão presentes na Ásia, África, Oceania, Europa e nas Américas. Corsini (2007) cita três organizações que se destacaram a nível mundial: i) a Accion Internacional, pioneira, atua principalmente na América Latina e no Caribe em parceria com as organizações financeiras dos países em que atua; ii) Grameen Bank, maior repercussão do microcrédito; e iii) *Procredit Holding*, organização europeia composta por organizações internacionais e empresas privadas, atua na Europa, América Latina e África.

3.1 MICROCRÉDITOS NO BRASIL

A primeira experiência de microcrédito no Brasil ocorreu em 1973 com a criação do programa UNO. O programa tinha assistência da Accion Internacional, conhecida no período como AITEC, iniciou suas atividades em Recife, Pernambuco, e se expandiu para alguns municípios baianos. O Programa surge com o apoio das entidades empresarias e de bancos dos dois estados, tendo como finalidade a realização de concessão de crédito e capacitação de seus clientes (CORSINI, 2007 *apud* DANTAS, 2007). O Programa se destacou pelo treinamento dos seus profissionais, agentes de créditos capacitados, sendo uma referência para os demais países.

O programa UNO compreende uma experiência importante na história do microcrédito brasileiro, pela metodologia do programa e pela iniciativa de expandir o crédito para pequenos empreendedores. Porém, em 1991, o programa encerra suas atividades por não ter se mostrado sustentável financeiramente em longo prazo (MONZONI, 2008).

Durante a década de 80, duas instituições destacam-se no setor de microcrédito: a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher - Banco da Mulher e o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores (CEAPE).

O Banco da Mulher foi criado em 1982, no Rio de Janeiro, associado ao *Women's World Bank*. É uma instituição sem fins lucrativos, voltado na inserção da mulher na sociedade e nas melhores condições de vida de sua família.

A primeira experiência do CEAPE ocorre em 1987, em Porto Alegre, conhecido como CEAPE Ana Terra. O Programa contou com a assistência técnica da Accion Internacional, o apoio do BID e da *Inter - American Foundation*. O sucesso dessa experiência resultou na expansão da rede CEAPE para outros estados. Em 1990, foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Microempreendimentos (FENAPE), conhecida como CEAPE Nacional.

Para Carvalho e Ribeiro (2006), um dos motivos responsáveis pelo lento desenvolvimento do microcrédito no Brasil foi o próprio cenário econômico, no qual a década de 80 foi marcada por um período de instabilidade econômica e alta inflação. Os autores destacam que a partir de 1994, com a estabilização macroeconômica e a reestruturação produtiva, os governos criam parcerias com ONGs especializadas em microcrédito para elaboração de políticas de geração de renda e desenvolvimento local.

Nesse novo arranjo institucional, pode-se destacar a experiência da Instituição Comunitária de Crédito Portosol. Criada em 1995, representa uma parceria entre o Estado do Rio Grande do Sul, município de Porto Alegre e entidade da sociedade civil para a concessão de crédito a pequenos empreendedores. Atualmente, o Portosol atua em toda região metropolitana de Porto Alegre e Vale do Rio Sino. Além da participação do governo estadual e municipal, conta com o apoio da Sociedade Alemã de Parceria Técnica (GTZ), a Inter American Foundation, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o Serviço à Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS). A proposta do Portosol¹ é fomentar o desenvolvimento por meio da concessão de crédito a pequenos empreendedores. A instituição se tornou uma referência, com a expansão de programas com arranjo institucional semelhante. No final da década de 90, observa-se a iniciativa dos governos locais em atuar no setor de microcrédito. Surgem os “Bancos do Povo”, cujos recursos são provenientes de fundo público. A justificativa para o financiamento deve-se ao papel que o microcrédito vem assumindo no âmbito das políticas públicas, sendo visto como uma política de geração de renda e postos de trabalho. Essas instituições atuam com taxas subsidiadas, estando abaixo da taxa praticada no mercado. As instituições internacionais não recomendam o subsídio dos programas de microcrédito, tendo em vista que levaria a ineficiência econômica. Porém o financiamento desses “Bancos” é justificado pelos benefícios sociais. Um exemplo dessa

¹ Informações sobre a Instituição Comunitária Portosol: <http://www.portosol.com/>

instituição é o Banco do Povo Paulista, que surge com a iniciativa do governo do Estado de São Paulo.

A década de 90 foi marcada por uma expansão de instituições de microcrédito. Destaca-se a atuação do BNDES e do Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (Crediamigo).

O BNDES passa a atuar no mercado de microcrédito em 1996. Inicialmente o órgão lança uma linha de crédito especial aos microempreendedores, conhecida como Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP). Em 1997, a instituição firma um convênio com o BID e cria o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o objetivo de dar suporte às instituições de microfinanças. Atualmente a instituição atua com o Programa de Microcrédito BNDES, estando alinhado ao PNMPO (BNDES, 2012).

O Crediamigo foi fundado em 1998, pelo Banco do Nordeste. Caracteriza-se como programa de microcrédito produtivo urbano, tendo como objetivo a concessão de crédito e orientação aos empreendedores. Em 2003, o Programa passa a ser operacionalizado pelo Instituto Nordeste e Cidadania. O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil, fundado por funcionários do Banco do Nordeste (BNB, 2012). A implantação do Crediamigo alavanca o mercado de microcrédito brasileiro, apresentando uma carteira de 1.088.454 clientes ativos².

Um dos motivos associados ao lento desenvolvimento do setor de microcrédito foi a falta de legislação específica. No final da década de 90, observa-se a intensificação de iniciativas do governo em criar um marco legal favorável à expansão do setor. Pode-se destacar a lei n° 9.790, de 1999, que regulamenta o terceiro setor. Essa lei permite que as Oscips atuem no microcrédito e adotem taxas de juros praticadas pelo mercado, não estando mais condicionada a lei da Usura. Destaca-se também a lei n° 10.194, de 2001, que cria a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), possibilitando a atuação do setor privado com fins lucrativos (CARVALHO; RIBEIRO, 2006).

A história de microcrédito no Brasil pode ser vista sob quatro ondas, momentos em que determinadas instituições exerceram o papel principal. Como pode ser observado no estudo de Nichter e outros (2002):

² Dado de 12 de janeiro de 2012. Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/Resultados.asp>.

- i) Primeira onda: destacam-se as instituições afiliadas às redes internacionais, tendo como exemplo a UNO (1973) e o Banco da mulher (1982);
- ii) Segunda onda: observa-se o desenvolvimento de Organizações Cívicas, como o Portosol (1995);
- iii) Terceira onda: Iniciativas Governamentais. Representa os programas operacionalizados pelo governo, como o Banco Paulista;
- iv) Quarta onda: Instituições financeiras. Participação do setor público e privado no “mercado de microcrédito”, e a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM).

Na história mais recente do microcrédito, destacam-se as iniciativas do governo brasileiro em ampliar o crédito à população de baixa renda, fato que evidencia a inserção do microcrédito no âmbito das políticas públicas. Podem-se destacar dois programas de alcance nacional: o PNMPO e Programa Crescer.

O PNMPO é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego, implantado sob a lei 11.110, de 25 de abril de 2005. O Programa disponibiliza recursos e oferece assistência técnica às instituições que atuam com o microcrédito. O PNMPO vem contribuindo para a consolidação e expansão da atividade de microcrédito.

O Crescer, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, faz parte do Plano Brasil sem Miséria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Programa foi inaugurado em 2011, tendo como objetivo conceder crédito para empreendedores de baixa renda de forma desburocratizada e com condições mais favoráveis. Participam do programa: o Banco do Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal (MDS, 2011). O Crescer é uma estratégia de redução da pobreza e inclusão social por meio da concessão de crédito às pessoas de baixa renda.

Ao longo desses anos, o Brasil vem construindo um cenário favorável ao desenvolvimento do microcrédito. A criação de uma legislação específica e o aprimoramento das tecnologias e inovações vem contribuindo para a expansão do setor de microcrédito brasileiro.

3.3 MICROCRÉDITO NA BAHIA

Uma breve revisão na história do microcrédito na Bahia permite observar que a trajetória do estado é semelhante à traçada pelo Brasil. A falta de uma legislação específica e o próprio cenário econômico desfavorável também contribuíram para o lento desenvolvimento do microcrédito no Estado.

As primeiras instituições a atuarem no setor de microcrédito baiano eram aliadas às organizações internacionais. Destacam-se o programa UNO, aliado a Accion Internacional, e o Banco da Mulher, aliada a *Womens Word Bank*.

O programa UNO começa atuar no Estado da Bahia em 1973. A próxima instituição de microcrédito a atuar no cenário baiano é o Banco da Mulher, implantado em 1989. Essa iniciativa contou com o apoio do UNICEF e do BID. A instituição foi responsável pela disponibilização de recurso e apoio técnico, através de palestras e cursos de capacitação (MONZONI, 2008).

Ao realizar um estudo da evolução do microcrédito na Bahia, Lopes (2008) chama atenção para a concentração da atividade de microcrédito na cidade de Salvador e na região metropolitana, área com uma grande concentração econômica. Para o autor, esse cenário começa a mudar com a implantação do CEAPE, na cidade de Feira de Santana, que se deu em 1994, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos microempreendedores. O CEAPE é uma Oscip, portanto uma instituição sem fins econômicos³. Foi resultado da parceria entre FENAPE, conhecida hoje como CEAPE Nacional, e o Movimento de Organização Comunitária (MOC). O programa contou com apoio de instituições internacionais, como UNICEF, BID e da Organização para Cooperação Internacional a Projetos (Disop) (CORSINI, 2007).

Além de Feira de Santana, o Programa apresenta postos em Alagoinhas, Camaçari, Salvador e Santo Antonio de Jesus. Em 2005, o programa atendia 30 municípios (CORSINI, 2007). De fato o programa contribui para expansão do microcrédito para os municípios do interior. Consolida-se como importante iniciativa de desconcentração da atividade de microcrédito,

³ Corsini (2007) destaca a substituição do termo sem fins lucrativos para sem fins econômicos, estando embasado na redação do Novo código Civil Brasileiro.

porém sua área de alcance ainda é pequena ao considerar que a Bahia apresenta 417 municípios.

Em 1997, com a iniciativa do governo federal é lançado o programa nacional de microcrédito Crediamigo, do Banco do Nordeste. O Programa consolida-se como uma grande estratégia de expansão do mercado de microcrédito. Sua atuação na Bahia é iniciada neste mesmo ano, mais precisamente na cidade de Itabuna. Em 2001, o Programa apresenta 31 unidades no estado da Bahia (LOPES, 2008).

Um dos obstáculos ao desenvolvimento do microcrédito baiano, assim como no Brasil, foi a falta de uma legislação apropriada o que levou as instituições atuarem à margem do sistema financeiro. Somente no final da década de 90, têm-se as primeiras iniciativas em se criar um cenário legal para a atividade.

Com a construção de um cenário favorável ao desenvolvimento do microcrédito, no que se refere ao marco legal, e a repercussão nacional e internacional dos programas de microcrédito, observam-se as iniciativas do governo estadual, das prefeituras e das organizações civis em promoverem o microcrédito na Bahia proporcionando a criação e a inserção de instituições no mercado de microcrédito.

De acordo com Lopes (2008) pode-se destacar as seguintes iniciativas ao microcrédito:

- i) Iniciativas dos Governos Municipais: em 2000, a prefeitura de Vitória da Conquista inaugura a Instituição Comunitária de Crédito ICC Conquista Solidária, também conhecido como Banco do Povo. Em 2001, a prefeitura de Itabuna em parceria com o SEBRAE e CDL, inaugura ICC Itabuna Solidária;
- ii) Iniciativas de Organização Não Governamental: em 2000, o Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADE), instituição filiada ao Conselho Mundial de Igreja *Ecumenical Church Loand Fund*, passa conceder crédito em Salvador e Região Metropolitana. Ainda em 2000, a instituição Moradia e Cidadania, da Caixa Econômica Federal, passa a ser uma instituição não governamental e a atuar com microcrédito.
- iii) Iniciativa Estadual: O governo aprova o Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDESE), pelo Decreto nº 7.798, em que os recursos disponibilizados seriam

utilizados para os projetos que visem o desenvolvimento social e econômico no estado, recurso que foi utilizado para operacionalização do Credibahia (inaugurado em 2002).

O início do século XXI foi marcado pela atuação de novos atores no cenário de microcrédito baiano. Apesar das iniciativas de promover o microcrédito, o alcance dos programas ainda era pequeno. Lopes (2008) faz um levantamento dos municípios que apresentam os programas de microcrédito, e conclui que em 2001, apenas 34 municípios são atendidos pelos programas de microcrédito. O autor observa que tendência à concentração da atividade de microcrédito em Salvador e Região Metropolitana se mantém. Situação que seria minimizada com a implantação do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia (CREDIBAHIA).

Em 2002, o governo do Estado da Bahia lança o Credibahia. O Programa é uma parceria com a Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA), Secretária de Trabalho Renda e Emprego (SETRE), antiga SETRAS, em parceria com as Prefeituras Municipais.

O Programa apresenta as duas formas de atuação: o primeiro piso e o segundo piso. O Programa consolida-se como uma estratégia de expansão do microcrédito nos municípios baianos. Inicia suas atividades, em 2002, estando presente em quatro municípios. No ano de 2011, o Programa estava presente diretamente, via primeiro piso, em 161 municípios baianos.

Atualmente, observa-se a participação de organizações com diferentes arranjos institucionais. O Quadro 1 apresenta as instituições de MPO que atuam no estado da Bahia segundo seu status legal. Instituições que estão habilitadas pelo PNMPO.

Quadro 1 – Instituição de MPO na Bahia por status legal, 2012⁴

Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado na Bahia	
Nome	Status Legal
Desenbahia - Credibahia	Agência de Fomento
Cooperativa de Crédito Inhambupe	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Ascoob Cooperar	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural Pintadas	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural Barra do Choça	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural do Reconvavo Sul - SICCOB Reconcavo	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Itapicuru	Cooperativa
Cooperativa de Crédito de Baixa Grande	Cooperativa
Cooperativa de Crédito do Vale do Paraguaçu	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural de Economia Solidaria de Taboca do Brejo Velho	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte - ASCOOB Credmonte	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural Asscob Serrinha	Cooperativa
Cooperativa de Crédito Rural do Semi-Árido da Bahia	Cooperativa
Intituição Comunitaria de Crédito Conquista Solidária	Oscip
Intituição Comunitaria de Crédito Itabuna Solidária	Oscip
Centro Ecumenico de Apoio ao Desenvolvimento - CEADE	Oscip
Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos - CEAPE	Oscip
Banco da Mulher	Oscip
Ativo Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte	SCM

Fonte: Elaboração própria com base nos os dados do PNMPO, 2012

Entre as instituições apresentadas no Quadro 1, destaca-se a participação da Desenbahia, tendo em vista que o programa Credibahia além de ampliar a concessão de crédito no estado contribui para o desenvolvimento de outras instituições de microcrédito (ONGS, Oscips, cooperativa de crédito, SCM) via segundo piso.

O Quadro 1 informa apenas as instituições de microcrédito na Bahia que estão cadastradas no PNMPO. O Programa apresenta o seguinte critério: “Para atuar como IMPO no PNMPO, a instituição deverá se cadastrar, firmar termo de compromisso e obter habilitação junto ao Ministério de Trabalho e Emprego” (BRASIL, 2005). Algumas instituições financeiras atuam com MPO, denominadas Instituições Financeiras operadoras (IFO). Na Bahia, destaca-se o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Com o objetivo de apresentar uma visão mais geral das instituições que atuam com microcrédito na Bahia, soma-se ao grupo apresentado no quadro 1, a instituição Moradia e Cidadania, o Crediamigo e o Programa Crescer.

⁴ Os dados do PNMPO não são atualizados com frequência.

4 O CASO DO CREDIBAHIA

Nesta seção, apresentam-se as características do programa Credibahia e seu desempenho nos municípios baianos de 2002 a 2011. O desempenho do Programa é analisado sob duas perspectivas. Na primeira, avalia-se o desempenho operacional no período delimitado. Na segunda, avalia-se a contribuição junto aos microempreendedores, com base em uma pesquisa de campo.

4.1 PERFIL DO CREDIBAHIA

O Credibahia é uma iniciativa do governo do estado da Bahia, que conta com a participação da Desenbahia e da SETRE, e o apoio do SEBRAE e das Prefeituras associadas. A Desenbahia é responsável pela disponibilização de recurso e gestão do Programa. Enquanto a SETRE é responsável pela administração.

Em parceria com as prefeituras, o Programa possui postos de atendimento em vários municípios do estado. A prefeitura associada é responsável pela estrutura e pelos custos do posto de atendimento do Credibahia.

No Quadro 2, apresenta-se um resumo das instituições responsáveis e a participação de cada uma na operacionalização do Credibahia.

Quadro 2 – Estrutura institucional do Credibahia

Instituições	Função
Desenbahia	Agente Financeiro e de fomento do Programa, responsável pelas diretrizes, coordenação e gestão do Credibahia e dos recursos do Fundese.
SETRE	Responsável pela logística operacional do Programa no 1º Piso, incluindo a articulação junto as Prefeituras Municipais (adesão do Programa), viabilidade da instalação e treinamento dos comitês de crédito de cada Agência de Micocrédito.
SEBRAE/BA	Promove a capacitação de agentes de crédito, supervisores, bem como capacitação gerencial a micros e pequenos empreendimentos (público alvo do Programa), proporciona apoio técnico às instituições de micocrédito e a divulgação do programa em ações conjuntas com as coordenações regionais do programa.
Prefeituras Municipais	Fornecimento de espaços físicos, corbetura de custos com materiais e manutenção dos agentes de crédito.
Bradesco	Agente conveniado para prestação de serviços de liberação dos recursos a clientes e recebimento de parcelas (boleto).

Fonte: SEBRAE, 2011

O Programa tem como objetivo: “Aumentar a oferta de crédito para micros e pequenos negócios, permitindo a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela da população que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em bancos e agentes financeiros” (SETRE, 2012).

Entre os recursos do Programa, destacam-se o FUNDESE, na linha Programa de apoio a Projetos de Interesse Social, e o recurso do BNDES (SEBRAE, 2011).

4.1.1 Atuação do Credibahia

O Credibahia apresenta duas formas de atuação. No que tange ao primeiro piso, o objetivo do Programa é a concessão de crédito orientado aos micro e pequenos empreendedores que desenvolvem atividades produtivas. O Programa apresenta condições de financiamento mais favoráveis que o sistema financeiro convencional e uma metodologia específica. De acordo com o Programa são beneficiários do Credibahia:

Donos de micro ou pequenos negócios geradores de trabalho e renda, nas áreas de produção, comércio ou prestação de serviços, que tenham capacidade para, com o crédito, desenvolverem atividades econômicas e condições para o pagamento das prestações. O empreendimento deve estar em funcionamento há pelo menos 6 meses e o empreendedor deve estar residindo no município há 1 ano. (DESENBAHIA, 2012).

O Programa concede crédito para o investimento fixo, capital de giro e investimento misto. Os financiamentos vão de até R\$1.000,00, na primeira concessão, podendo chegar a R\$ 10.000,00 com as renovações. O Programa apresenta concessões progressivas, ou seja, o valor do financiamento cresce a cada renovação, denominado de incentivos dinâmicos, e tende a incentivar à adimplência.

Na Tabela 1, apresentam-se as condições dos diferentes tipos de financiamento. A taxa de juro é de 1,8% a.m. para todo o tipo de financiamento. O Programa apresenta uma taxa de bonificação, em que os clientes que pagam as parcelas do financiamento em dia alcançam uma taxa de 1,5% a.m. na próxima operação. Essa inovação contribui para a gestão da inadimplência.

Tabela 1 - Condições de Financiamento – 1º Piso

Tipo de Financiamento	Descrição do Financiamento	Prazo	Taxa (%)
Capital de Giro	Aquisição de insumos, matérias primas e mercadorias	6 meses *	1,8 a.m
	Aquisição de máquinas e equipamentos.		
	Ampliação, reforma de benfeitorias e instalações	12 meses	1,8 a.m
Investimento Fixo	Constitui-se de um Investimento Fixo com Capital de Giro.	12 meses	1,8 a.m

* Apartir da quarta operação o prazo passa a ser de 12 meses

Fonte: Elaboração própria com dados da DESENBAHIA, 2012

Ainda na Tabela 1, pode-se observar que os prazos de pagamento dos diferentes tipos de financiamento são curtos, variam entre 6 a 12 meses, que contribui para a avaliação do cliente e a gestão da taxa de inadimplência.

O Programa apresenta duas formas de garantias: aval individual e o aval solidário. No aval individual, o cliente deve apresentar um avalista. Enquanto no aval solidário, os empreendedores tomam o financiamento em grupo e se responsabilizam pelos pagamentos. O aval solidário, conhecido como financiamento solidário, representa uma importante inovação do microcrédito. Essa inovação minimiza os problemas resultantes da assimetria de informação, tendo em vistas que os empreendedores que constituem o grupo têm motivos para monitorar uns aos outros.

O Credibahia é um programa de Microcrédito Produtivo Orientado, em que a avaliação da concessão de crédito é realizada pelo agente de crédito no local onde é desenvolvida a atividade. O agente de crédito exerce um papel importante nos programas de microcrédito, minimizando os problemas de assimetria de informação e, em certa medida, contribuindo para a gestão da taxa de inadimplência.

A atuação do Credibahia, no segundo piso, visa fomentar o mercado de microcrédito baiano através da disponibilização de recurso para instituições de microcrédito. Atuando de forma indireta na expansão de crédito para os microempreendedores baianos.

Os beneficiários do Credibahia no segundo piso são instituições habilitadas a atuarem no mercado de microcrédito, mais especificamente: ONGs, OSCIPs, SCMs e Cooperativas de Crédito com Livre Admissão de Associados e Cooperativas de Crédito de Pequenos

Empresários. Para acessar o recurso disponibilizado, essas instituições devem apresentar o projeto de financiamento junto a Desenhahia (DESENBAHIA, 2012).

O recurso disponibilizado para as instituições de microcrédito será de até 200% o valor da carteira ativa da instituição ou de até R\$ 2.000.0000, 00. Prevalecerá o menor valor dentre os critérios apresentados. Na Tabela 2, apresentam-se as condições de financiamento do 2º piso. A taxa de juros da operação é a TJLP.

Tabela 2 – Condições de Financiamento – 2º Piso

Tipo de Financiamento	Descrição do Financiamento	Prazo	Taxa (%)
Recursos	Recurso para concessão de microcrédito aos microempreendedores baianos	8 anos com até 6 meses de carência	TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DESENBAHIA, 2012

O segundo piso apresenta uma lógica diferente. O prazo maior do financiamento é resultado do valor do recurso disponibilizado, em que uma condição de financiamento mais favorável é necessária para o desenvolvimento das instituições de microcrédito.

4.1 DESEMPENHO DO CREDIBAHIA (2002 – 2011)

4.2.1 Área de Alcance do Programa

O Programa inicia suas atividades em 2002 em quatro municípios baianos: Feira de Santana, Ilhéus, Lauro de Freitas e Pojuca. Em 2011, o Programa apresentou postos de atendimento direto, primeiro piso, em 161 municípios baianos, aproximadamente 28% dos 417 municípios do Estado. E passa atuar no segundo piso, em 2003, em oito municípios. Em 2011, o alcance do Programa, segundo piso, era de 126 municípios.

Na Tabela 3, apresenta-se a evolução do número de municípios beneficiados pelo Credibahia. Os dados referem-se aos municípios atendidos pelo primeiro e segundo piso.

Tabela 3 – Quantidade de Municípios Atendidos pelo Primeiro e Segundo Piso, Bahia, 2002 a 2011

Período	Número de Municípios Atendidos pelo Credibahia
2002	4
2003	17
2004	13
2005	78
2006	132
2007	142
2008	154
2009	168
2010	180
2011	218

Fonte: DESENBÁHIA, 2012.

Observa-se a tendência crescente do número de municípios atendidos pelo Credibahia, o que possibilitou o acesso ao crédito a um maior número de microempreendedores baianos. Segundo Lopes (2008), em 2001, apenas 31 municípios baianos eram atendidos por programas de microcrédito. A partir de 2003, o Credibahia passa a atuar com microcrédito direta e indiretamente, primeiro e segundo piso, passando a atuar em 17 municípios e, em 2011, expande sua atuação para 218 municípios.

O crescimento do número de municípios beneficiados pelo Programa é resultado das iniciativas de atores sociais em promover o microcrédito, que são representados pelo Governo da Bahia, Prefeituras e as Instituições de microcrédito.

4.2.2 Dados Operacionais

4.2.2.1 Números de Contratos e Valores Aplicados

No período da análise, o Programa liberou um total de 109.333 contratos, equivalente a R\$185,714 milhões. Com base na série histórica, pode-se observar uma taxa de crescimento representativa, principalmente nos primeiros anos do programa.

Na Tabela 4, apresenta-se a evolução anual do número de contratos, valores e valor médio das concessões de crédito referente ao primeiro piso. Nesse período, o Programa liberou um total de 87.864 contratos de crédito e um equivalente de R\$133,426 milhões. A taxa de

crescimento é expressiva tanto do número de contratos quanto dos valores. Porém há períodos com pequenos decréscimos.

Tabela 4 – Número anual de contratos de crédito, valores e valor médio, Primeiro Piso, 2002 a 2011, Bahia

Período	Nº de Contratos	Valores (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)
2002	403	333	0,8250806
2003	1.575	1.355	0,8603175
2004	2.723	2.828	1,0385604
2005	4.400	5.164	1,1736364
2006	11.581	15.955	1,3776876
2007	11.209	15.533	1,3857614
2008	10.838	15.979	1,4743495
2009	12.123	17.444	1,4389178
2010	16.436	26.581	1,6172426
2011	16.576	32.254	1,9458253
Total	87.864	133.426	1,5185458

Fonte: DESENBAHIA, 2012

Pode-se observar um crescimento no valor médio da concessão de crédito, que variou de R\$825,08, em 2002, para R\$ 1.945,82, em 2011.

No período analisado, o Programa liberou, via segundo piso, 21.469 contratos de crédito equivalente a R\$ 52,288 milhões. Assim como no primeiro piso, observa-se um crescimento expressivo da quantidade de contratos e de valor liberado. Na tabela 5, apresentam-se a evolução do número de contratos, valores e valor médio das concessões de crédito do segundo piso de 2002 a 2011. Observa-se o crescimento do valor médio dos créditos concedidos, que variou de R\$998, 28, em 2002, para R\$3.525,13, em 2011.

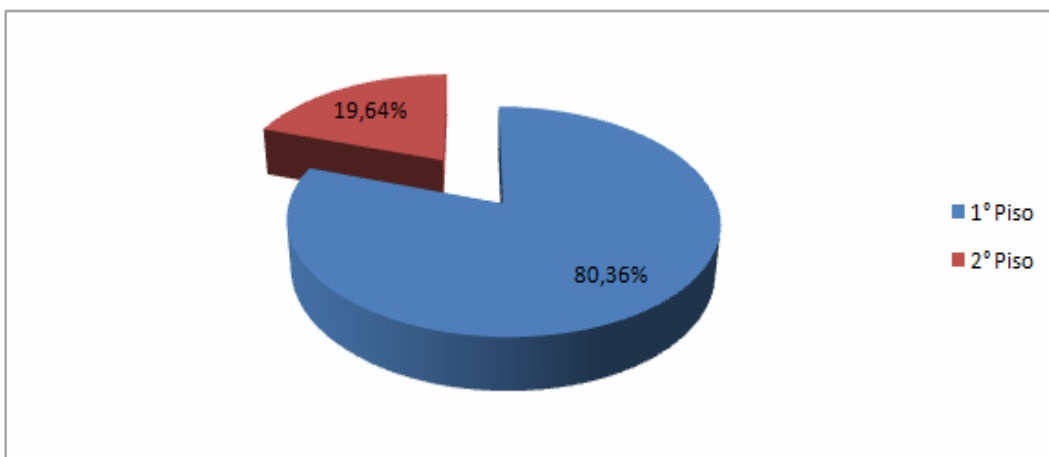
Tabela 5 - Número anual de contratos de crédito, valores e valor médio, Segundo Piso, 2002 a 2011, Bahia

Período	Nº de Contratos	Valores (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)
2002	-	-	-
2003	582	581	0,9982818
2004	1.251	1.258	1,0055955
2005	1.364	1.564	1,1466276
2006	1.085	1.472	1,3566820
2007	1.532	2.489	1,6246736
2008	1.914	3.095	1,6170324
2009	2.925	5.621	1,9217094
2010	4.947	15.519	3,1370528
2011	5.869	20.689	3,5251320
Total	21.469	52.288	2,435511668

Fonte: DESENBAHIA, 2012

Uma breve análise comparativa entre o primeiro e o segundo piso permite observar uma maior participação do primeiro piso no total de contratos e valores concedidos. No Gráfico1, apresenta-se a participação do primeiro e segundo piso na quantidade total de contratos liberados de 2002 a 2011. O primeiro piso representou 80,36% do número total de contratos, enquanto o segundo piso, 19,64%.

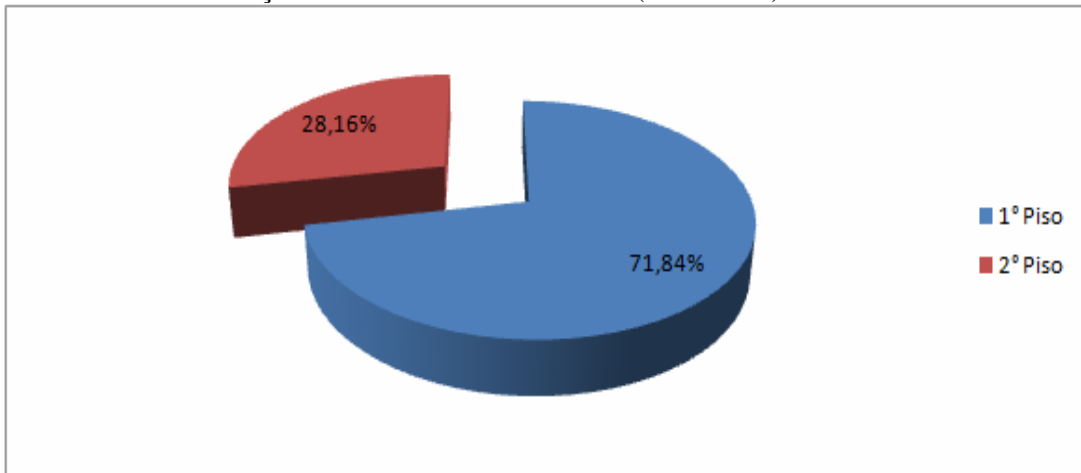
Gráfico 1 – Classificação da quantidade total de contratos (2002-2011)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DESENBAHIA, 2012

No que se refere aos valores liberados, o primeiro piso correspondeu a 71,84% do valor total e o segundo piso, 28,16%; como pode ser observado no Gráfico 2. Apesar de o primeiro piso apresentar uma participação maior na quantidade de contratos e nos valores liberados no período da análise, verifica-se que a partir de 2007 o segundo piso passa a crescer, em termos relativos, mais que o primeiro piso.

Gráfico 2 – Classificação dos valores totais liberados (2002-2011)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DESENBAHIA, 2012

Os dados subsequentes referem-se à atuação do Programa diretamente aos microempreendedores, primeiro piso.

4.2.2.2 Carteira ativa

A carteira ativa representa o número de contratos que estão ativos no período verificado. Na análise que se segue, os dados são referentes à carteira ativa de 31 de dezembro de cada ano.

Tabela 6 – Quantidade anual de contratos ativos, valores e valor médio de 2002 a 2011

Período	Nº de Contratos	Valores (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)
2002	-	-	-
2003	1.352	972	0,718934911
2004	2.127	1.503	0,706629055
2005	4.014	3.496	0,870951669
2006	9.752	10.770	1,104388843
2007	10.563	10.807	1,023099498
2008	9.643	9.784	1,014622006
2009	10.124	10.784	1,065191624
2010	12.584	15.186	1,206770502
2011	12.774	18.416	1,441678409

Fonte: DESENBAHIA, 2012

Os dados apresentados na tabela 6 permitem observar um crescimento do número de contratos ativos e de seus respectivos valores, que é resultante do próprio aumento das concessões de crédito apresentado pelo primeiro e segundo piso.

4.2.2.3 Renovação

A renovação dos contratos é um resultado importante dos programas de microcrédito, refere-se aos contratos realizados após a liquidação do empréstimo anterior. Tendo em vista que a renovação dos contratos é um indicativo de que o cliente vem desenvolvendo sua atividade produtiva e tem apresentado capacidade de pagamento das prestações do empréstimo.

O índice de renovação é a proporção do número de contratos renovados em relação ao número de contratos liberados. No período da análise, o Programa apresentou uma tendência crescente do índice de renovação. Em 2002, o Programa apresentou o menor índice de renovação, 0,25%. Justificado pela tímida atuação do Programa nesse mesmo ano. Em 2011, o Programa atinge o maior índice de renovação, 68,39% (TABELA 7).

Tabela 7 - Quantidade anual de contratos, renovação e índice de renovação, Bahia, 2002 a 2011

Período	Nº total de contratos	Nº de contratos Renovados	Renovação (%)
2002	403	1	0,25%
2003	1.575	276	17,52%
2004	2.723	1.051	38,60%
2005	4.400	1.626	36,95%
2006	11.581	3.608	31,15%
2007	11.209	5.630	50,23%
2008	10.838	6.178	57,00%
2009	12.123	6.795	56,05%
2010	16.436	9.647	58,69%
2011	16.576	11.337	68,39%

Fonte: Elaboração própria com dados da DESENBAHIA, 2012

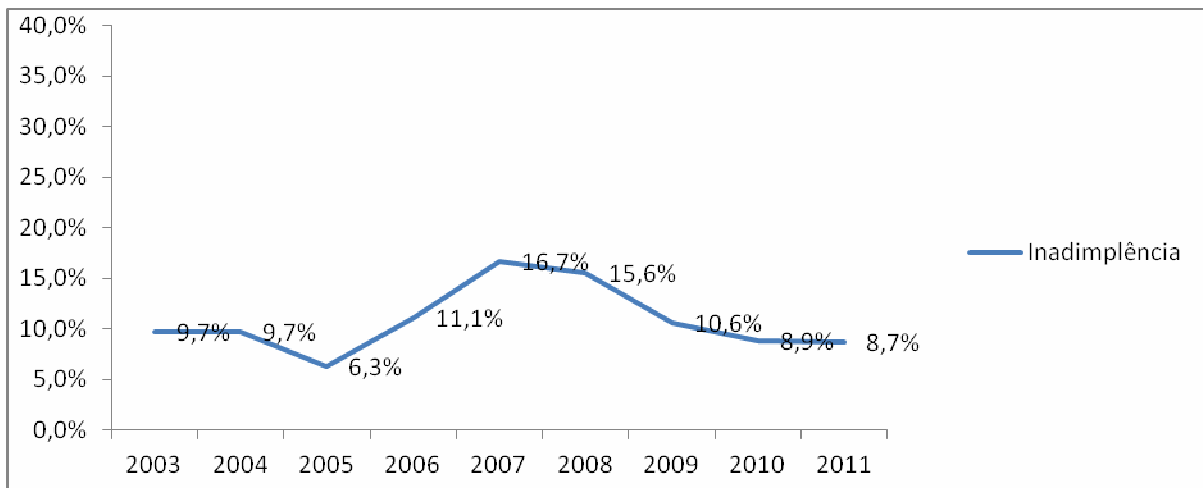
Os dados de renovação revelam uma característica relevante do crédito concedido pelo Programa. Dos contratos liberados um número representativo é o de renovação. A partir de 2007 as renovações passam a representar mais de 50% das contratações de crédito.

4.2.2.3 Inadimplência

A inadimplência refere-se ao número de contratos que não foram pagos até a data do vencimento. O índice de inadimplência é a proporção entre o número de contratos que não foram pagos e o valor liberado. A maioria dos programas de microcrédito inadimpli os contratos que apresentam atrasos superiores há 90 dias. O índice de inadimplência do Credibahia é o mesmo das demais linhas de crédito operacionalizados pela Desenbahia e mede o atraso de pagamento superior a trinta dias. O índice de inadimplência refere-se aos contratos vencidos entre 31 e 360 dias. Após 360 dias a carteira passa a ser denominada “carteira castigada”.

No período do estudo, verificam-se algumas oscilações no índice de inadimplência. Em 2005, o Programa apresenta o menor índice de inadimplência, de 6,3%. Enquanto que, em 2007, apresenta o maior índice, 16,7%. Na média, o programa apresenta uma taxa de inadimplência de 10,8%, com dispersão de 3,33%. É relevante observar a tendência decrescente da inadimplência de 2007 a 2011, apesar de estar em níveis superiores ao menor nível, de 6,3%.

Gráfico 3 – Evolução do índice de inadimplência anual, Bahia, 2002 a 2011



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DESENBAHIA, 2012

Fazendo um contraponto com os dados apresentados anteriormente, essa tendência decrescente do índice de inadimplência, de 2007 a 2011, é um indicativo de que o Programa vem gerenciando bem sua expansão. Tendo em vista que o aumento da área de alcance e da concessão de crédito está sendo acompanhado por uma redução da inadimplência, apesar de essa tendência ser verificada em um período curto de tempo, é um bom indicativo.

4.2.3 Desenho do Programa

4.2.3.1 Perfil dos Clientes

Uma das características marcantes dos programas de microcrédito é a participação representativa da mulher. Essa tendência também é observada no Credibahia, em que os clientes são na maioria mulheres.

Do número de contratos concedidos de 2003 a 2011, mais de 50% foram concedidos para microempendedoras. A serie histórica, tabela 8, afirma tanto a tendência representativa da mulher quanto mostra o crescimento de sua participação ao longo do período. Em 2003, 55% dos contratos liberados foram para clientes mulheres. Em 2011, 68% dos contratos passam a ser liberados para mulheres.

Tabela 8 - Classificação por gênero, Bahia, 2002 a 2011

Período	Nº de Contratos	Homem	Mulher
2002	-	-	-
2003	1.575	45%	55%
2004	2.723	44%	56%
2005	4.400	43%	57%
2006	11.581	43%	57%
2007	11.209	42%	58%
2008	10.838	41%	59%
2009	12.123	35%	65%
2010	16.436	34%	66%
2011	16.579	32%	68%

Fonte: DESENBAHIA, 2012

Outra característica que vale ser ressaltada é a faixa etária dos clientes (TABELA 9). Em 2003, os clientes estavam concentrados em duas faixas etárias, entre 36 a 50 anos, que representava 46% do número de clientes e, entre 51 a 65 anos, com 32%. Neste período, nenhum cliente estava na faixa etária de 18 a 25 anos. Em 2011, observa-se uma participação maior de clientes jovens, 18 a 25 anos, e uma redução de clientes com idade entre 51 e 65 anos.

Tabela 9 – Classificação por faixa etária, Bahia, 2002 a 2011

Período	Nº de Contratos	18-25	26-35	36-50	51-65	Acima de 65
2002	-	-	-	-	-	-
2003	1.575	0%	15%	46%	32%	7%
2004	2.723	0%	18%	45%	29%	7%
2005	4.400	1%	22%	44%	27%	6%
2006	11.581	4%	27%	43%	22%	5%
2007	11.209	6%	28%	41%	21%	5%
2008	10.838	12%	28%	40%	17%	3%
2009	12.123	14%	28%	40%	16%	2%
2010	16.436	14%	31%	38%	15%	2%
2011	16.579	16%	31%	37%	13%	3%

Fonte: DESENBAHIA, 2012

Estas informações revelam a importância do Programa para a inserção de grupos excluídos do sistema financeiro tradicional, em que se verifica uma maior participação das mulheres e de empreendedores mais jovens.

4.2.3.2 Perfil do Financiamento e da Atividade Financiada

No que se refere aos tipos de financiamentos concedidos aos microempreendedores, destaca-se o crédito concedido para o capital de giro. Em 2003, o capital de giro representava 74% do financiamento, capital de fixo, 12%, e capital misto, 13%. Em 2011, o capital de giro, continuou sendo o financiamento mais solicitado, representando 74% dos contratos (TABELA 10). Ao longo do período houve alterações na participação do capital de giro, porém este sempre foi o mais representativo. Nos outros dois tipos de financiamentos, observa-se uma inversão. O capital fixo passou a ter maior participação enquanto que o capital misto apresentou menor participação.

Tabela 10 – Classificação por tipo de financiamento, Bahia, 2002 a 2011

Período	Nº de Contratos	Fixo	Giro	Misto
2002	-	-	-	-
2003	1.575	12%	74%	13%
2004	2.723	15%	73%	12%
2005	4.400	23%	67%	10%
2006	11.581	28%	61%	11%
2007	11.209	29%	60%	11%
2008	10.838	28%	61%	11%
2009	12.123	18%	75%	7%
2010	16.436	19%	77%	4%
2011	16.579	22%	74%	4%

Fonte: DESENBAHIA, 2012

Quanto às atividades financiadas pelo Programa, destaca-se a concessão de crédito para as atividades de comércio. Em 2003, o comércio representava 83% do total de atividade financiada, os serviços, 9%, e produção, 8%. Em 2011, o comércio continuou sendo a atividade mais representativa com uma participação de 86%. Neste mesmo período, verifica-se um aumento da participação do serviço, para 12%, e uma menor participação da produção, 2% (TABELA 11).

Tabela 11– Classificação de Atividade Financiada, Bahia, 2002 a 2011

Período	Nº de Contratos	Produção	Comércio	Serviços
2002	-	-	-	-
2003	1.575	8%	83%	9%
2004	2.723	7%	81%	12%
2005	4.400	7%	83%	10%
2006	11.581	6%	83%	11%
2007	11.209	5%	83%	12%
2008	10.838	5%	83%	12%
2009	12.123	3%	83%	14%
2010	16.436	3%	85%	12%
2011	16.579	2%	86%	12%

Fonte: Desenbahia, 2012.

Estas informações revelam que a maior parte do crédito concedido pelo Programa é utilizado para o financiamento do capital de giro dos empreendimentos, que mesmo no ano de menor participação, 2007, representava 60% dos contratos financiados. Quanto às atividades financiadas, destaca-se o setor de comércio. Em 2004, o setor apresenta sua menor participação, representando 81% da atividade financiadas e 2011 atinge sua maior participação, 86%.

4.3 PESQUISA JUNTO AOS MICROEMPREENDEDORES DO CREDIBAHIA

4.3.1 Metodologia

Para alcançar o objetivo do presente trabalho avaliam-se os resultados do Programa junto aos microempreendedores. Investiga-se como o Programa vem contribuindo para a expansão das capacidades dos microempreendedores, por meio das melhorias na qualidade vida proporcionada pelo acesso ao crédito.

Dado o alcance do Programa e a impossibilidade de realizar a pesquisa de campo em todos os municípios, selecionou-se, para este estudo, o município de Feira de Santana. A escolha pelo município foi fundamentada em dois argumentos. Primeiro, viabilizar o estudo, selecionando um município que fosse próximo a Salvador, devido aos custos da pesquisa e o seu prazo de conclusão. Segundo, analisar a contribuição do microcrédito em uma cidade que não fosse Salvador e sua Região Metropolitana, devido à concentração da atividade de microcrédito nestas cidades.

Feira de Santana foi um dos primeiros municípios a participar do Credibahia, iniciando sua atividade em 2002. No período da análise, foram liberados 2.308 contratos de microcrédito para este município. Em 2011, o Programa apresentava 198 contratos ativos. A pesquisa foi realizada com base nos contratos ativos de 31 de dezembro de 2011.

Com auxílio da estatística, calculou-se uma amostra representativa do número de microempreendedores a serem entrevistados. A fórmula utilizada para o cálculo e a descrição das variáveis pode ser observada abaixo:

$$n = \frac{N \cdot z^2 \cdot p \cdot q}{e^2(N - 1) + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

N= tamanho da população

z = nível de confiança em desvio padrão (z (10%) = 1,645)

e = erro máximo permitido

p = % no qual o fenômeno ocorre (p = 0,5)

q = % complementar (q= 0,5)

Tendo uma população de 198 contratos, grau de confiança de 90% e um erro máximo permitido de 10%, encontrou-se uma amostra de 50,6 microempreendedores, sendo a pesquisa realizada com 51 microempreendedores. A seguir apresentam-se os dados da pesquisa de campo realizada na primeira semana de junho de 2012.

4.3.2 Perfil Socioeconômico dos microempreendedores

A amostra selecionada representa bem o Programa, como pode ser observada no perfil dos clientes e da atividade financiada. Dos 51 microempreendedores entrevistados, 26 foram mulheres e 25 foram homens. As mulheres representaram 50,98% dos entrevistados, apesar de não ser um número tão expressivo, reflete bem a maior participação das mulheres no Credibahia (TABELA 12).

Tabela 12 – Classificação por gêneros dos entrevistados

Gênero	Microempreendedores (%)	
Feminino	26	50,98%
Masculino	25	49,02%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em jun/2012

Quanto a faixa etária verifica-se uma concentração em duas faixas etária, em que 43,14% dos entrevistados estão na faixa de 36-50 anos de idade e 23,53% dos entrevistados estão na faixa de 26-35 anos de idade. (TABELA 13)

Tabela 13 – Classificação por faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Microempreendedores	(%)
18-25	7	13,73%
26-35	12	23,53%
36-50	22	43,14%
51-65	7	13,73%
Acima de 65	3	5,88%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

Os itens classificação por gênero e classificação por faixa etária, permitem fazer uma comparação com os dados gerais apresentados do Credibahia, no que se refere ao perfil dos clientes. Pode-se verificar que os dados da amostra estão alinhados aos dados gerais do Programa.

Em relação ao grau de escolaridade dos microempreendedores entrevistados, observa-se uma concentração em dois níveis: Ensino fundamental incompleto e Ensino médio completo. Do total de entrevistados, 23,53% possuem o Ensino fundamental incompleto e 58,82% apresentam o Ensino médio completo (TABELA 14).

Tabela14 – Escolaridade dos microempreendedores entrevistados

Escolaridade	Microempreendedores	(%)
Analfabeto	0	0,00%
Ensino Fundamental Incompleto	12	23,53%
Ensino Fundamental completo	4	7,84%
Ensino Médio Incompleto	2	3,92%
Ensino Médio Completo	30	58,82%
Nível Superior	3	5,88%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

Ainda na Tabela 14, destaca-se a presença de três microempreendedores que possuem o Nível Superior, representando 5,88%. Dois desses microempreendedores possuem o curso de Administração e um apresenta o curso de Economia.

No que se refere à renda familiar, observa-se concentração em duas faixas. Dos microempreendedores entrevistados, 49,02% apresentam uma renda familiar de 2 a 3 salários mínimo e 43,14% deles com renda familiar de 4 a 5 salários mínimos (TABELA 15).

Tabela 15 – Renda familiar dos microempreendedores entrevistados

Renda Familiar	Microempreendedores	(%)
Até 1 salário mínimo	2	3.92%
De 2 a 3 Salários mínimos	25	49.02%
De 4 a 5 Salários mínimos	22	43.14%
Acima de 5 salários mínimos	2	3.92%
Total	51	100.00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

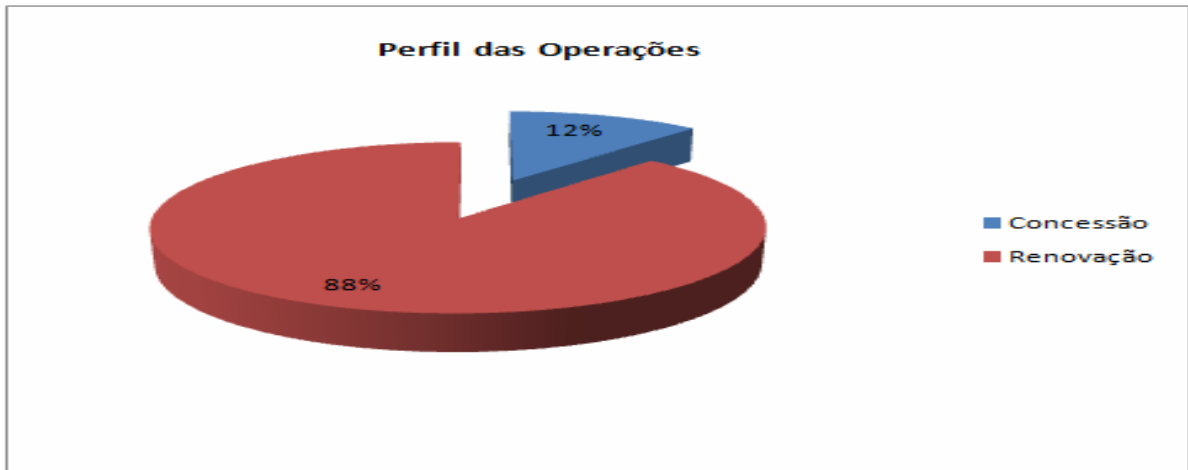
Os microempreendedores que possuem uma renda familiar de 2 a 3 salários, apresentam uma família composta na média por três membros. Enquanto os microempreendedores que apresentam uma renda familiar de 4 a 5 salários, apresentam uma família composta na média por quatro pessoas. É interessante ressaltar a disparidade entre as faixas de renda. Os microempreendedores que possuem uma renda de até 1 salário mínimo, também apresentam uma família composta na média por quatro membros, o que representa uma renda por pessoal de R\$155,50, muito inferior a faixa de concentração.

Os dados revelam que os microempreendedores atendidos pelo Programa tiveram acesso ao sistema de educação, em que 58,82% dos entrevistados concluíram o ensino médio. No que se refere à renda familiar, verifica-se que o Programa vem disponibilizando recurso para microempreendedores com diferentes faixas de renda, possibilitando o acesso ao crédito a microempreendedores de baixa renda.

4.3.3 Perfil do Empreendimento e das Operações de Crédito

Os dados referentes às operações de crédito dos empreendimentos demonstram que 88% das operações correspondem à renovação do crédito e 12% correspondem às concessões de crédito (crédito novo).

Gráfico 4 – Perfil das Operações de Crédito dos Empreendimentos



Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

Em relação aos empreendimentos, observou-se a predominância de atividades vinculadas ao setor de comércio e serviços. Na Tabela 16, apresentam-se os tipos de empreendimentos dos microempreendedores entrevistados. No setor de comércio, destacam-se as atividades relacionadas à confecção e acessórios, que representa 35,29%, e à mercearia, que representa 19,61%. Enquanto no setor de serviço, destacam-se os serviços de Salão, que representa 9,80%, e serviço de reparação de automóveis e ferragens, que representa 7,48%.

Tabela 16 - Tipos de Empreendimentos dos Entrevistados

Empreendimento	Microempreendedores	(%)
Confecção e acessórios	18	35.29%
Mercearia	10	19.61%
Salão	5	9.80%
Serviço de informática	4	7.84%
Bijuteria	3	5.88%
Cosmético	2	3.92%
Lanchonete	2	3.92%
Serviço de reparação de automóveis e ferragens	2	3.92%
Distribuidora de água e bebida	2	3.92%
Utensílio doméstico	2	3.92%
Pet shop	1	1.96%
Total	51	100.00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

Em conformidade com os dados gerais do Programa, se verificou uma maior participação das operações de renovação, o que representa bem o perfil das operações de Crédito do Programa

Os dados referentes ao empreendimento revela uma diversidade das atividades desenvolvidas pelos microempreendedores, porém observa-se uma concentração de aproximadamente 50% em dois segmentos.

4.3.4 O Credibahia e a Percepção dos Microempreendedores

Nesta subseção, busca-se avaliar a contribuição do acesso ao microcrédito na melhoria da qualidade de vida dos microempreendedor com base na própria percepção dos clientes. O objetivo da entrevista foi analisar se o acesso ao crédito proporcionou acesso a outros serviços e cesta de consumo, dando ênfase a expansão das capacidades dos microempreendedores.

Ao serem questionados sobre a contribuição do crédito na melhoria da alimentação da família, 92,16% microempreendedores afirmaram que o crédito proporcionou o acesso a uma cesta maior e diferenciada de produtos alimentícios. Enquanto 7,84% dos microempreendedores consideraram que o acesso ao crédito não contribuiu para uma melhoria na alimentação, pois a família já apresentava uma alimentação adequada (TABELA 17).

Tabela 17 – O acesso ao crédito contribuiu para uma melhoria na sua alimentação?

O acesso ao crédito contribuiu para uma melhoria na sua alimentação?	Microempreendedores	(%)
Sim	47	92,16%
Não	4	7,84%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

No que se refere aos serviços financeiros, 41,18% dos microempreendedores afirmaram que o crédito contribuiu para o acesso a outros serviços financeiros. Enquanto 58,82%, afirmaram que não contribuiu (TABELA 18). O acesso aos serviços financeiros revela a inserção dos microempreendedores no sistema financeiro convencional.

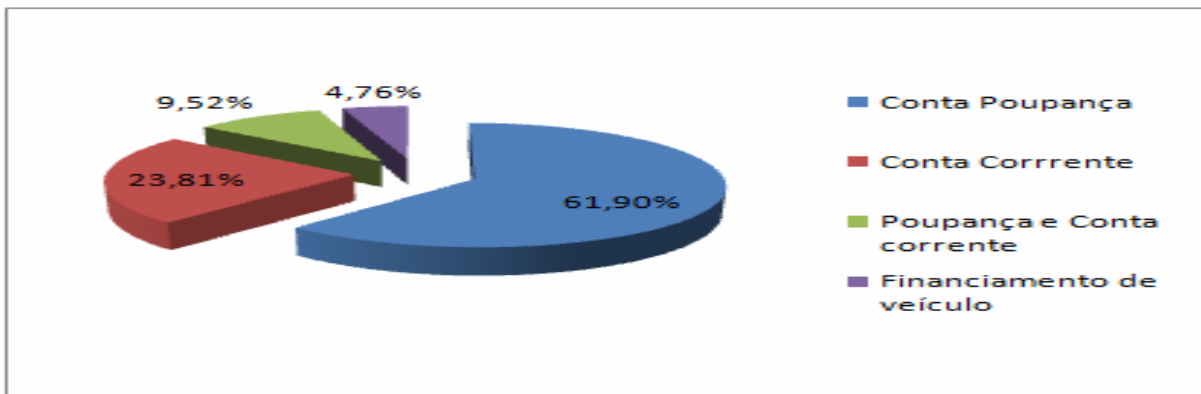
Tabela 18 – O acesso ao crédito contribuiu para o acesso a outros serviços financeiros?

O acesso ao crédito contribuiu para o acesso a outros serviços financeiros?	Microempreendedores	(%)
Sim	21	41,18%
Não	30	58,82%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

No Gráfico 5, apresenta-se os serviços financeiros que os microempreendedores passaram a ter acesso com o microcrédito. Dos microempreendedores entrevistados, 61,90 % passaram a ter conta poupança; 23,81% conta corrente; 9,52% conta poupança e corrente e 4,76% financiamento de veículo.

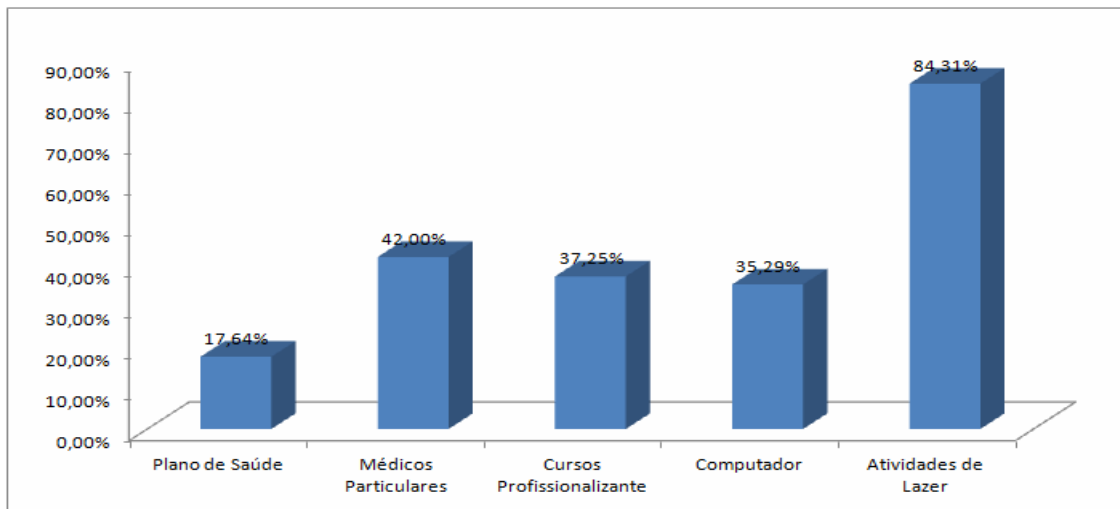
Gráfico 5 – Serviços financeiros que os microempreendedores passaram a ter acesso com o microcrédito



Fonte: Pesquisa de Campo realizada em jun. 2012

No Gráfico 6, apresentam-se os serviços que os microempreendedores passaram a ter acesso relacionados ao lazer, educação e assistência médica. Em relação à assistência médica, 17,64% dos entrevistados passaram a ter acesso ao plano de saúde e 42,00% passaram a ter consulta com médicos particulares, quando necessário.

Gráfico 6 – Serviços que os microempreendedores passaram a ter acesso com o microcrédito



Fonte: Pesquisa de Campo realizada em jun. 2012

No que se refere à educação, 37,25 % dos microempreendedores passaram a investir em cursos profissionalizantes e 35,29% passaram a ter computador. Em relação às atividades de lazer, 84,31% afirmaram que com o crédito passaram a ter outras atividades de lazer.

Dando ênfase na questão da educação, verificou-se que 72,55% dos microempreendedores passaram a investir na sua educação e da sua família com o acesso ao crédito (TABELA19). O que representa um resultado importante, pois o acesso ao conhecimento é fundamental para o desenvolvimento da atividade produtiva. Nesse contexto, tem-se como pano de fundo a possibilidade do indivíduo buscar a vida que valoriza, pois o conhecimento amplia as capacidades do microempreendedor em gerir seu empreendimento.

Tabela 19 - O acesso ao crédito permitiu que você investisse em sua educação e de sua família?

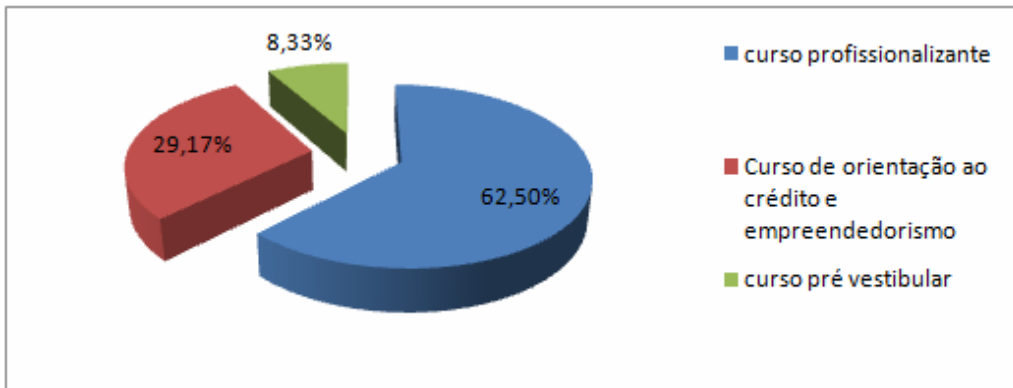
O acesso ao crédito permitiu que você investisse em sua educação e de sua família?	Microempreendedores	(%)
Sim	37	72,55%
Não	14	27,45%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

Dos 37 microempreendedores que afirmaram investir na sua educação e da sua família, 24 microempreendedores participaram ou estão participando de cursos e atividades de formação,

que representa 47,06% dos entrevistados. No gráfico 7, apresenta-se um detalhamento dos cursos. Em primeiro lugar, destaca-se o Curso Profissionalizante, representando 62,50%, o curso de Orientação de Crédito e Empreendedorismo, representa 29,17%, e o curso pré vestibular, representa 8,33%

Gráfico 7 – Cursos que os microempreendedores entrevistados participaram ou estão participando



Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

A participação dos microempreendedores em cursos profissionalizantes proporciona uma especialização da atividade desenvolvida, quando o curso visa dar suporte à atividade já realizada, ou até mesmo, proporciona novas possibilidades de atuação. Assim como, a participação dos microempreendedores em cursos pré-vestibular revela a expectativa em torno do seu empreendimento e representa novas possibilidades. O Curso de Orientação ao Crédito e Empreendedorismo é ministrado pelo SEBRAE/BA, em parceria com o Credibahia, gratuitamente para os microempreendedores. A orientação aos microempreendedores contribui para gerenciamento do empreendimento e a utilização adequada do recurso.

Os dados apresentados permitem inferir que o microcrédito vem proporcionando a inserção dos microempreendedores em determinados mercados, visto pela participação em serviços de saúde, financeiros, educação, lazer. Como afirma Kuhn (2004), o microcrédito é um “facilitador” das relações sociais, que possibilita que o microempreendedor desenvolva uma série de capacidades. Nesse contexto, confirma-se a hipótese do microcrédito como um instrumento de expansão das capacidades dos microempreendedores.

Os dados apresentados revelam que o Credibahia vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes. O questionário utilizado para entrevistar os

microempreendedores possuía a seguinte pergunta subjetiva: O que o Programa de microcrédito proporcionou na sua vida e de sua família? Duas respostas foram predominantes. A primeira: Desenvolver uma atividade, que possibilite investir na qualidade de vida da minha família. E a segunda: Investir no empreendimento com expectativa de expansão, visando melhoria na qualidade de vida. As respostas dos microempreendedores estão alinhadas com os dados apresentados anteriormente.

Para concluir a análise, faz-se necessário avaliar os resultados que o Programa vem trazendo para os empreendimentos pela percepção dos microempreendedores (TABELA 20). Dos microempreendedores entrevistados, 100% afirmaram que o crédito trouxe resultados positivos para o empreendimento. Destaca-se a variedade dos produtos e estoque de mercadorias, que representa 68,63%. Com o crédito o microempreendedor consegue negociar com os fornecedores, ampliando seu estoque com preço diferenciado. Posteriormente, tem-se os investimentos na infraestrutura e equipamentos, e investimento na infraestrutura e variedade de produtos representam, respectivamente, 15,69% e 9,80%. Enquanto a ampliação do serviço representa 5,88% dos resultados positivos. O acesso ao crédito permite que os microempreendedores tenham maiores expectativas em expandir seu empreendimento.

Tabela 20 – Resultados positivos trazidos com o crédito para o empreendimento

Resultados Positivos trazidos com o Crédito	Microempreendedores	(%)
Variedade dos produtos e estoque de mercadorias	35	68,63%
Investimento na infraestrutura e equipamentos	8	15,69%
Ampliação do serviço	3	5,88%
Investimento na infraestrutura e variedade de produtos	5	9,80%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

Ao avaliar o Programa, 84,31% dos microempreendedores consideram o programa completo. Portanto, atende totalmente as demandas do empreendimento. Enquanto 15,69% dos microempreendedores o consideram incompleto, ou seja, atende parcialmente as demandas do empreendimento (TABELA 21). Os questionamentos desse segundo grupo referem-se ao

valor do recurso disponível, como já mencionado, o Programa apresenta concessões progressivas. O financiamento vai de até R\$1.000,000 na primeira concessão até R\$ 10.000,00 com as renovações. Para esse segundo grupo, o Programa apresenta condições de financiamento mais favoráveis, porém o valor liberado nas primeiras operações é baixo em relação às demandas do empreendimento.

Tabela 21 – Avaliação do Programa pelos microempreendedores

Avaliação do Programa	Microempreendedores	(%)
Completo. Atende as demandas do meu empreendimento com condições mais favoráveis	43	84,31%
Incompleto. Atende parcialmente as demandas do meu empreendimento	8	15,69%
Total	51	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jun. 2012

Os dados referentes ao acesso ao crédito revelam que o Credibahia vem contribuindo positivamente para o desenvolvimento dos empreendimentos de seus clientes. A inserção dos microempreendedores em diversos serviços contribui para que os microempreendedores potencializem suas capacidades e exerçam seu papel de agente.

4 CONCLUSÃO

A implantação do Credibahia, em 2002, representa um ponto de inflexão no mercado de microcrédito baiano. De 2002 a 2011, o Programa apresentou uma tendência crescente do número de municípios atendidos pelo primeiro e segundo piso, atuando, em 2011, em 218 municípios. A metodologia adotada pelo Programa vem possibilitando a concessão eficiente de crédito aos microempreendedores de baixa renda. Ele vem possibilitando o acesso ao crédito a um número cada vez maior de microempreendedores.

No período da análise, foram liberados um total de 109.333 contratos, equivalente a R\$185,714 milhões. O Programa liberou 87.864 contratos de crédito e um equivalente de R\$133,426 milhões; pelo primeiro piso. Pelo segundo piso, o Programa liberou 21.469 contratos de crédito equivalente a R\$52,288 milhões. Os dados evidenciam que o Programa vem contribuindo para o desenvolvimento do microcrédito no cenário baiano. No primeiro piso, o programa vem ampliando a concessão de crédito diretamente aos microempreendedores, enquanto no segundo piso, o Programa vem disponibilizando recurso para as instituições de microcrédito. Essa expansão de crédito tem sido acompanhada por uma tendência decrescente da taxa de inadimplência, observada a partir de 2007. O que evidencia uma gestão adequada de seu crescimento.

A análise do perfil dos clientes traz revelações importantes. Na classificação por gênero, observa-se a maior participação das mulheres. Na classificação por faixa etária, verifica-se uma maior participação de clientes mais jovens. A maior participação dos jovens pode ser resultado de maiores oportunidades que estes vem obtendo ao desenvolverem uma atividade produtiva, visto aqui como possibilidade de expandir suas capacidades. Quanto ao perfil das atividades financiadas, destaca-se a participação do comércio.

Como mencionado no presente trabalho, a análise do desenvolvimento deve ir muito além dos dados de crescimento. Segundo a concepção teórica de Desenvolvimento como liberdade, o desenvolvimento é resultado da expansão das liberdades individuais. O qual Sen (2010), apresenta duas razões para apresentar sua teoria focada nas liberdades: i) Razão avaliatória e Razão eficácia. A razão avaliatória, refere-se à relação entre crescimento econômico e sua contribuição na expansão das liberdades. Enquanto a razão eficácia, refere-se à condição de agente do indivíduo.

Sob o prisma da razão avaliatória, verificou-se que o Programa vem alinhando um bom resultado operacional a expansão das liberdades individuais dos microempreendedores. Os benefícios do microcrédito não são vistos pela disponibilização de recurso, em si mesmo, mas, pelas melhorias na qualidade de vida. Pois possibilita os microempreendedores desenvolverem capacidades essenciais para que tenham a vida que valorizam. Os dados da pesquisa de campo demonstram que o microcrédito vem contribuindo para inserção de seus clientes em serviços de saúde, educação, lazer e outros serviços financeiros.

É interessante analisar os dados referentes aos serviços financeiros, tendo em vista que a restrição ao crédito, como toda restrição a liberdade, impossibilita que o microempreendedor exerça sua plena condição de agente. Neste contexto, observa-se que o Programa não só possibilitou o acesso ao crédito aos microempreendedores, como contribuiu para o acesso de outros serviços financeiros do sistema tradicional. Dos microempreendedores entrevistados, 41,18% afirmaram que o microcrédito contribuiu para que tivessem acesso a outros serviços financeiros, como conta poupança e conta corrente.

Os serviços na área da educação exemplificam bem a relação entre microcrédito e expansão das capacidades. O desempenho do empreendimento depende, dentre outras coisas, da capacidade do microempreendedor gerenciar seu empreendimento, em que a oportunidade de investir na educação é um indicador relevante. Por outro lado, o acesso aos serviços de educação cria novas possibilidades. Dos microempreendedores entrevistados, 72,55% afirmam que o crédito contribui para o investimento na sua educação e da sua família e 42,06% participaram ou estão participando de cursos e atividades de formação, como: cursos profissionalizantes, curso de orientação ao crédito e empreendedorismo e cursos pré-vestibular. Essa análise está inserida na percepção de razão de eficácia, em que se observa que o Programa tem contribuído para que os microempreendedores desenvolvam um grupo de capacidades essenciais para que atuem na sua condição de agente.

O desempenho do Credibahia, nos municípios baianos, mostra certa longevidade do mesmo com ampliação de sua ação no Estado com maiores montantes disponibilizados, crescente número de contratos. Os dados da pesquisa de campo mostram que o microcrédito vem possibilitando a inserção dos microempreendedores em diversos serviços, o que tem contribuído para expansão de suas capacidades.

Para os próximos anos, o Programa tem o desafio de continuar com a expansão de crédito nos municípios baianos, alinhando os bons resultados operacionais aos resultados na área social. Sugere-se a maior divulgação do Programa junto às Prefeituras Municipais que não apresentam posto do Credibahia, investimento em cursos de qualificação para os agentes de crédito e ampliação dos cursos de Orientação de Crédito aos microempreendedores.

O presente estudo tem como objetivo contribuir para o debate sobre microcrédito no estado da Bahia. Em trabalhos futuros, recomenda-se estudar a justificativa para a maior participação das mulheres entre os clientes do Credibahia e de outros Programas de microcrédito; o perfil dos municípios atendidos pelo Programa, e a análise da distribuição do recurso por Territórios de Identidades.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte. *Economia solidária*. Credibahia. Disponível em: <<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/servicos/economiasolidaria/credibahia/credibahia>> Acesso em: 10 abr 2012.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Crediamigo* - Apresentação. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/O_que_e_objetivos.asp>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Histórico de atuação do BNDES no microcrédito*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/historico.html>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- BRASIL. Lei n. 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm>. Acesso em: 10 abr. 2012
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Programa nacional de microcrédito produtivo orientado*. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmppo/esclareca-suas-duvidas.htm#objetivos>>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Programa crescer*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/agosto/publico-do-brasil-sem-miseria-tera-microcredito-orientado-para-a-producao/?searchterm=crescer>> Acesso em: 10 abr. 2012.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; RIBEIRO, Cristina Tauaf. *Do microcrédito às microfinanças: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamento*. São Paulo: EDUC.2006.
- CORSINI, José Nelio Monteiro. *Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia – CEAPE/BA*. 2007.162 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional)- Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS, Salvador, 2007.
- DESENBÁHIA. Linhas de Crédito. Disponível:<http://www.desenbahia.ba.gov.br/Credito_Financiamento2.aspx?id=99&titulo=CREDIBAHIA%201%C2%BA%20PISO>. Acesso: 10. abr. 2012

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

KUHN, Daniela Dias. *O Microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural no município de Constantina/RS: a abordagem seniana de desenvolvimento*. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

LOPES, Bruno Mota. *Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2008)*. 2008. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UNIFACS, Salvador, 2008.

MARTINS, Paulo Haus et al. *Manual de Regulamentação das Microfinanças: Programa de Desenvolvimento Institucional*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

MONZONI, Mario. *Impacto em renda do microcrédito*. São Paulo: Peirópolis, 2008.

NERI, Marcelo (Org.). *Microcrédito: o mistério nordestino e o grameen brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NICHTER, Simeon et al. *Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PARENTE, Silvana. *Microfinanças: saiba o que é um banco do povo*. Brasília: AED, 2002.

SANTOS, Arnaldo; GOIS, Francisco F. *Microcrédito e desenvolvimento regional*. Fortaleza: Premius, 2011.

SEBRAE. *Inclusão financeira no sistema público de fomento: experiências selecionadas*. Disponível: < <http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/servicos-financeiros/microcredito-produtivo/inclusaofinanceira.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. *Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. 2. ed. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, Maria Célia Garcia Fé. *O desenho do programa crediamigo do banco do nordeste: inclusão social e mercado*. Fortaleza: BNB, 2010.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável. O desafio do século XXI*. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

YUNUS, Muhammand. *O Banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países*. São Paulo: Ática, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SUMÁRIO COMENTADO

MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, faz-se uma abordagem teórica do papel do microcrédito no desenvolvimento. Sob viés das microfinanças, apresentam-se os contornos do programa de Microcrédito Produtivo Orientado, destacando sua metodologia. Com base na concepção de Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen, apresentam-se os conceitos chave para compreensão do microcrédito como um instrumento de expansão das liberdades individuais.

PROGRAMA DE MICROCRÉDITO

Nesta seção, faz-se uma breve contextualização histórica do microcrédito no Mundo, no Brasil e na Bahia. Dando ênfase à experiência de sucesso do professor Yunus, Grameen Bank. Tendo a Bahia como locus da análise, destaca-se a implantação do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia e sua contribuição para o desenvolvimento do setor de microcrédito baiano.

O CASO DO CREDIBAHIA

Nesta seção, apresenta-se o desempenho do Programa de 2002 a 2011. Faz-se uma análise sob duas perspectivas. Primeiro, avalia-se a atuação e o desempenho do programa. Segundo, analisa-se como o programa vem contribuindo para expansão das liberdades individuais dos microempreendedores, através da pesquisa de campo no município de Feira de Santana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados evidenciam a contribuição do Credibahia para o desenvolvimento do mercado de microcrédito, por conseguinte, para a expansão do crédito a um grupo historicamente excluído do sistema financeiro. Seu desempenho operacional revela a adoção de uma metodologia adequada, vista na liberação crescente de crédito e na tendência decrescente da inadimplência de 2007 a 2011. A pesquisa junto ao microempreendedor

revelou que o Programa vem contribuindo expansão das capacidades dos microempreendedores.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Nome: _____

1. Idade: _____ 2. Sexo F () M ()

3. Parentesco na unidade familiar: _____

4. Qual sua escolaridade?

() Analfabeto () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Nível superior: _____

5. Quantas pessoas fazem parte da sua família: _____

6. Qual a renda da sua família?

() Até 1 salário mínimo () De 2 a 3 salários mínimo () De 4 a 5 salários mínimo

() Acima de 5 salários mínimo

7. Quantifique os serviços abaixo considerando seu acesso ao crédito (1– piorou fortemente, 2 – piorou, 3 – neutro 4 – mudou 5- mudou fortemente)

() Plano de Saúde () Acesso a médicos particulares () Cursos Profissionalizantes

() Computador em sua residência () Lazer

8. Como você considera o acesso aos serviços médicos:

() Péssimo () Ruim () Satisfatório () Bom () Excelente

9. O acesso ao crédito contribuiu para uma melhoria na sua alimentação?

() Sim () Não Como? _____

10. O crédito contribuiu para o acesso a outros serviços financeiros?

() Não () Sim. Quais? _____

11. O crédito trouxe resultados positivos para o seu empreendimento?

() Sim () Não

Se houve. Quais? _____

Se não houve. Por quê? _____

12. O acesso ao crédito permitiu que você investisse em sua educação e de sua família?

() Não () Sim Como? _____

13. Você tem participado de cursos/atividades de formação?

() Não () Sim Quais? _____

14. O recurso disponibilizado é suficiente?

() Sim () Não Quanto seria o ideal? _____

15. Há dificuldades em realizar o pagamento do recurso?

() Não () Sim Por quê? _____

16. O que o programa de microcrédito proporcionou na sua vida e de sua família?

17. Como você avalia o Programa, você o considera:

() Completo. Atende as demandas do meu empreendimento com condições mais favoráveis

() Incompleto. Atende parcialmente as demandas do meu empreendimento. Nesse caso, descreva as demandas não correspondidas. O que falta? _____

18. Quais as sugestões para aprimoramento do Programa?
